



INSTITUTO SUPERIOR
DE CIÊNCIAS SOCIAIS
E POLÍTICAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

A Instabilidade Política no Vanuatu: um estudo de caso

Maria Helena Resende Cabral

Orientadora: Professora Doutora Andreia Mendes Soares e Castro

Coorientadora: Doutora Sofia Batalha

Relatório de Estágio para obtenção de grau de Mestre
Em Ciência Política

Lisboa
2024



INSTITUTO SUPERIOR
DE CIÊNCIAS SOCIAIS
E POLÍTICAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

A Instabilidade Política no Vanuatu: um estudo de caso

Maria Helena Resende Cabral

Orientador: Prof. Doutora Andreia Mendes Soares e Castro

Coorientador: Doutora Sofia Batalha

Relatório de Estágio para obtenção de grau de Mestre em Ciência Política

Júri:

Presidente:

- Doutor Pedro Miguel Moreira da Fonseca, Professor Associado com Agregação do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

Vogais:

- Doutora Isabel Alexandra de Oliveira David, Professora Associada do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

- Doutora Andreia Mendes Soares e Castro, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, na qualidade de Orientadora.

Lisboa

2024

Agradecimentos

Esta página serve para um breve agradecimento a todas as pessoas que tornaram este relatório de estágio possível.

À minha orientadora científica do ISCSP, a Professora Andreia Soares e Castro pela sua disponibilidade, orientação, conhecimento e palavras de força e motivação que me transmitiu ao longo da elaboração do relatório.

À minha instituição de acolhimento, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, pela oportunidade de realizar este estágio, e aos meus colegas e à minha orientadora no MNE e diretora da SAO, Dra. Sofia Batalha pela disponibilidade e esforço de integração, assim como pelos seus conselhos e orientações.

À minha família pelo apoio e incentivo a seguir aquilo que me interessa e me apaixona, mesmo com os seus momentos mais desafiantes.

Ao Fábio pelo apoio incondicional, por puxar por mim e me motivar em todos os momentos, mas principalmente nos mais difíceis.

Por último, agradeço ao ISCSP que me acolheu neste mestrado e me passou novos conhecimentos e competências.

A INSTABILIDADE POLÍTICA NO VANUATU: UM ESTUDO DE CASO – RELATÓRIO DE ESTÁGIO NO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Resumo

O presente relatório serve como registo descritivo da prossecução da componente não letiva do mestrado em Ciência Política desenvolvida no âmbito de um estágio profissional, realizado entre outubro de 2021 e abril de 2022 nos Serviços da Ásia e Oceânia da Direção-Geral da Política Externa, do Ministério dos Negócios Estrangeiros. O relatório divide-se em duas partes. A primeira parte aborda o funcionamento do departamento governamental onde foi realizado o estágio, assim como faz uma análise crítica e descritiva das atividades desenvolvidas ao longo do estágio. Numa segunda parte, o relatório desenvolve-se numa análise científica e revisão literária subordinada ao Vanuatu, um dos países da Ásia e Oceânia que foi objeto de elaboração de uma ficha descritiva, que foi escolhido como estudo de caso com o objetivo de compreender as razões da sua instabilidade política. Evidencia-se assim a ligação entre a teoria e a prática. Com o recurso às teorias que se focam no processo de democratização, que destacam certos fatores como elementos negativos que dificultam a transição e a formalização deste processo, da análise feita, destacam-se estes três fatores – a herança colonial, a fragmentação sociocultural e a fragmentação partidária – como os instigadores da instabilidade política no Vanuatu, não se expressando como obstáculos ao respetivo processo de democratização. Não obstante a sua análise individual, estabelece-se igualmente uma conexão entre os três fatores, percebendo os fundamentos da sua criação, na dimensão da instabilidade política.

Palavras-chave: instabilidade política; Vanuatu; política interna; política externa; relações bilaterais; MNE

Abstract

This report serves as a descriptive record of the pursuit of the non-teaching component of the master's degree in Political Science developed within the framework of a professional internship, carried out between October 2021 and April 2022 in the Asia and Oceania Services of the Directorate-General for Foreign Policy of the Ministry of Foreign Affairs. The report is divided into two parts. The first part covers the workings of the government department where the internship took place, as well as providing a critical and descriptive analysis of the activities carried out during the internship. In the second part, the report focuses on a scientific analysis and literature review of Vanuatu, one of the countries in Asia and Oceania that was the subject of a descriptive report, which was chosen as a case study with the aim of understanding the reasons for its political instability. This highlights the link between theory and practice.

Using theories that focus on the democratisation process, which highlight certain factors as negative elements that hinder the transition and formalisation of this process, the analysis carried out highlights these three factors, the colonial heritage, socio-cultural fragmentation and party fragmentation, as the instigators of political instability in Vanuatu, not expressing themselves as obstacles to the democratisation process in the case of Vanuatu. Notwithstanding their individual analysis, a connection is also established between the three factors, realising the foundations of their creation, in the dimension of instability.

Keywords: political instability; Vanuatu; foreign policy; national policy; bilateral relationships; MNE

Índice	
Índice de Figuras.....	7
Lista de siglas.....	8
Introdução e nota metodológica.....	9
Parte 1 – O MNE.....	13
1.1 A história do MNE.....	14
1.2 O papel e a estrutura do MNE.....	14
2. O estágio no MNE.....	19
2.1. Objetivos do estágio.....	19
2.2. Funções e atividades desenvolvidas.....	23
2.3 Aplicação dos conhecimentos do mestrado e competências e conhecimentos desenvolvidos no estágio.....	29
Parte 2 - Estudo de caso: o Vanuatu.....	32
1. Enquadramento teórico-conceitual, revisão da literatura e metodologia.....	32
2. Contextualização do Vanuatu.....	39
3. A instabilidade política no Vanuatu.....	44
1. Herança Colonial.....	44
2. Fragmentação sociocultural.....	49
3. Fragmentação partidária.....	54
Conclusão e avaliação do estágio.....	60
Referências bibliográficas.....	67
Anexos.....	73

Índice de Figuras

Figura 1 – Organograma do MNE	15
Figura 2- Organograma da DGPE	16
Figura 3 - Localização geográfica do Vanuatu	39
Figura 4 – Composição arquipélago do Vanuatu.....	40
Figura 5 - Mapa das províncias do Vanuatu.....	52
Figura 6 – Mapa de Vanuatu com foco na capital Port-Vila	73
Figura 7 – Exemplo de tarefas diárias, retirado do registo que mantive ao longo dos 6 meses	74
Figura 8 – Continuação de exemplos de um dia-a-dia de tarefas na Direção-Geral da Política Externa – Serviços Ásia e Oceânia.....	75

Lista de siglas

ASEAN - Associação de Nações do Sudeste Asiático

ASEM - Asia-Europe Meeting

COASI - Asia-Oceania Working Party

DGPE - Direção-Geral da Política Externa/Diretor-Geral da Política Externa

DS - Diretora dos Serviços

EUA - Estados Unidos da América

FMI - Fundo Monetário Internacional

MdE - Memorando de Entendimento

MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros

OMS - Organização Mundial da Saúde

PECMNE - Programa de Estágios Curriculares no Ministério dos Negócios Estrangeiros

SAO - Serviços Ásia e Oceânia

SNTV - Sistema Eleitoral de Voto Único Não Transferível

UE - União Europeia

Introdução e nota metodológica

O presente relatório de estágio pretende descrever e analisar cientificamente e criticamente as atividades desenvolvidas no âmbito do estágio de seis meses, realizado na Direção-Geral da Política Externa - Serviços da Ásia e Oceânia, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, entre outubro de 2021 e abril de 2022. A opção de estágio e consequentemente, a elaboração de um relatório, é motivada pela oportunidade de colocar em prática os ensinamentos teóricos que aprendi ao longo do meu percurso académico, designadamente no Mestrado em Ciência Política, área científica onde se insere este relatório.

No decurso do estágio uma das tarefas pedidas foi a realização de fichas descritivas dos países da Ásia e Oceânia, fichas com dados introdutórios e dados políticos internos e externos. Uma das fichas que realizei foi sobre o Vanuatu, um país localizado no Oceano Pacífico, formado por 80 ilhas (ver figura 1), com a sua capital em Port Vila, que atingiu a sua soberania a 30 de julho de 1980, em concordância com França e Inglaterra, tendo sido uma colónia de uma comissão conjunta entre estes dois países. Atualmente possui três línguas oficiais: Bislamá, Inglês e Francês (Governo Vanuatu, 2022).

No âmbito da investigação feita para a ficha, fiquei a saber que em relação às relações diplomáticas entre Portugal e Vanuatu são referidos, por historiadores, contactos entre os dois países, que remontam ao ano de 1606, quando o explorador português Pedro Fernández de Queirós tornou-se o primeiro europeu a chegar às ilhas (Ilhas de Espírito Santo), acreditando ser parte da Terra Australis. Portugal reconheceu e estabeleceu relações diplomáticas com o Vanuatu a 30 de agosto de 1983, três anos após a sua independência. O mais recente contacto é um contacto diplomático feito pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros do Vanuatu a Portugal, a procurar apoio português face à pretensão independentista do Movimento de Libertação Unida para a Papua Ocidental.

É importante referir ainda que coincidiu com o estágio a realização, em Lisboa, da Conferência dos Oceanos, Conferência de grande importância para a representação do Vanuatu, na linha dos esforços que têm sido desenvolvidos com vista a obter representações ao mais alto nível.

Estes factos explicam a escolha do Vanuatu como estudo de caso. O tema da instabilidade política justifica-se pelo fenómeno político e social atualmente vivido no Vanuatu, que se originou no século XIX, com a rivalidade entre França e Inglaterra, enquanto potências coloniais, pelo território do Vanuatu. Assim nasceu a “Comissão (ou Condomínio) das Novas Hébridas”, quando ambos os países se uniram numa entidade política para governar as ilhas sob uma administração partilhada (Miles, 1998). É neste contexto que nasce o termo “condocolonialismo” de Miles, que irei desenvolver na segunda parte do relatório.

O grande marco da história política do Vanuatu dá-se na década de 90, após conquistar a sua independência, quando se verifica uma fragmentação do sistema partidário, sendo que atualmente abriga 52 elementos e 19 partidos estão representados no Parlamento (Veenendaal, 2020). O contexto político de Vanuatu marcava-se pela larga influência do Partido Nacional das Novas Hébridas (origem francesa), contudo, em 1991 ocorre o primeiro distúrbio na sua realidade política obrigando o mesmo a formar uma coligação governamental, de modo a manter-se no poder. Com esta coligação reeleita, os conflitos partidários tornaram-se recorrentes, que resultou num sistema partidário fragmentado.

A fragmentação política tem um efeito negativo na estabilidade governamental, sendo esta instabilidade governamental característica do Vanuatu, pois desde 1995 que o tempo de vida em média de um governo é de menos de um ano. Contudo, a democracia de Vanuatu tem-se mantido intacta (Veenendaal, 2020) e, segundo a base de dados *Freedom House - Freedom in the World 2023* (Freedom House, 2023), Vanuatu entra na categoria de “livre”. Vanuatu tem um ambiente mediático plural e livre, assim como um sistema judicial independente e respeitado - por exemplo, em 2015, o tribunal condenou 14 membros do Parlamento por subornos e corrupção, entre os quais o então ex-primeiro-ministro de Vanuatu, condenado a quatro anos de prisão, por suborno e corrupção (Daily Post Vanuatu, 2015). Por outro lado, o Vanuatu enfrenta desafios de desenvolvimento devido à sua distribuição geográfica, ao rápido crescimento da população jovem e ao seu estatuto como país mais propenso a catástrofes do mundo (Veenendaal, 2021). Refira-se que a 4 de dezembro de 2020, Vanuatu subiu do estatuto de *Least Developed Country* para o estatuto *Developing Country* (UNCTAD, 2020). Questiona-se, deste modo, as origens desta instabilidade e que fatores levaram a que Vanuatu experienciasse esta realidade política diversa.

Neste sentido, escolhi fazer uma análise crítica, no quadro da Ciência Política, partindo da contextualização histórica e política do Vanuatu até à atualidade, das razões/aspectos que explicam esta instabilidade política, caracterizando a forma de governo, o sistema eleitoral, o sistema partidário e a sua herança colonialista, conceitos estruturantes para a análise e identificados no enquadramento teórico. Espero, desta forma, demonstrar a aplicação dos conhecimentos e competências adquiridos durante a parte curricular do curso de mestrado.

A metodologia utilizada na elaboração deste relatório decorreu diretamente da organização do estágio e da realização das atividades inseridas no mesmo. No decorrer do estágio, foram reunidas numerosas informações, recolhidas diretamente por mim, através da observação participante, sendo este modelo de análise confrontado com outros dados pesquisados para a elaboração deste relatório (Quivy & Campenhoudt, 2003). Este modelo usado foi fundamental para as atividades desenvolvidas durante o estágio, que serão descritas na primeira parte do relatório, tendo recorrido a uma abordagem qualitativa e à análise documental para alcançar um entendimento mais profundo sobre o Vanuatu (conhecimento vertido na segunda parte do relatório). Neste sentido, recorri a fontes primárias e secundárias que foram recolhidas aquando da realização do estágio, e outras que foram consultadas depois e que foram fundamentais para a elaboração do relatório. Foram consultados relatórios, documentos oficiais do Vanuatu, estudos de investigadores, revistas científicas, conferências, notícias de sites creditados, entre outras fontes centrais para a revisão da literatura realizada. Esta, para além de ter permitido identificar as lacunas na literatura sobre o Vanuatu, permitiu ainda traçar a orientação e a contribuição específica que o relatório pretende trazer face à literatura existente. Assim, optei como percurso metodológico, pelo estudo de caso, através do qual procurei recolher informação detalhada sobre a unidade de análise, o Vanuatu. Enquanto desenho de pesquisa, o estudo de caso enquadra-se no âmbito das estratégias de investigação qualitativas, assumindo um carácter analítico (Della Porta & Keating, 2008).

Em suma, o relatório divide-se em duas partes. A primeira parte ocupa-se da apresentação e caracterização da entidade de acolhimento e do departamento onde decorreu o estágio curricular, onde demonstro os objetivos do MNE e do departamento que me acolheu, assim como as suas principais áreas de trabalho e competências, a sua lei orgânica e

elementos. O MNE, para além de formular, coordenar e executar a política externa de Portugal, representa, por meio de embaixadas, missões permanentes e postos consulares, o Estado português em países estrangeiros e organizações internacionais. Acrescenta-se, também, ao seu leque de responsabilidades, “a missão de proteger os cidadãos portugueses que não se encontram em território nacional, conduzir as negociações internacionais que contem com a participação do Estado português e promover as relações de cooperação e amizade com outros Estados ou entes internacionais” (Portal Diplomático, 2023). O MNE possui uma rede diplomática, que se traduz no conjunto das missões diplomáticas e postos consulares de um Estado, tendo na sua responsabilidade representar os interesses do Estado junto dos países recetores ou organizações internacionais em causa. Para além desta rede externa, possui serviços centrais que funcionam no Palácio das Necessidades (em Lisboa), os quais se ocupam da definição da política externa a seguir pelo nosso país, nas áreas multilateral e bilateral, da administração dos recursos humanos e do património do Estado, dos assuntos europeus e da área consular. Aqui entra a importância que o conceito de diplomacia possui no contexto orgânico do MNE e na sua estrutura, pois é crucial a construção de relações bilaterais consoante o intercâmbio de pessoas, ideias e culturas, dividindo este conceito em três dimensões: transmissão de informação, exposição de uma imagem positiva do país e construção de relações bilaterais perduráveis (Leonard, 2002).

Esta primeira parte foca-se ainda em explicar e analisar criticamente os trabalhos realizados ao longo do programa de estágio, onde exponho que tipo de tarefas, atividades e trabalhos desenvolvi ao longo dos 6 meses, assim como demonstro exemplos práticos do que era o dia-a-dia no MNE e como me organizava e planeava a realização daquilo que me competia, exemplos estes presentes nos Anexos (figuras 7 e 8).

A segunda parte do relatório foca-se no tema da instabilidade política do Vanuatu, suscitado no decorrer do estágio, usando os conhecimentos teóricos adquiridos no mestrado em Ciência Política. Optei por fazer primeiro uma contextualização do Vanuatu, de modo a proporcionar algum conhecimento e informação sobre esta ilha do Pacífico, passando de seguida para o tema central onde são apresentados três fatores, fragmentação partidária, fragmentação social e herança colonial, que ajudam a entender a instabilidade política no Vanuatu. O relatório conclui com algumas considerações finais sobre o tema e com uma avaliação do estágio.

Parte 1 – O MNE

Abertas as inscrições para os estágios curriculares PECMNE, surgiu a oportunidade de concorrer aos principais serviços internos do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), serviços estes que estavam a requisitar jovens mestrados, com formação em ciência política. Assim sendo, este estágio decorreu num período de seis meses, mais especificamente de 18 de outubro de 2021 a 18 de abril de 2022, nos Serviços da Ásia e Oceânia, departamento que, na estrutura orgânica do Ministério, se insere na Direção-Geral da Política Externa.

A pertinência da escolha desta entidade como instituição de acolhimento pode ser explicada pelo facto de se apresentar como um dos principais departamentos governamentais, associado à área das Relações Internacionais, Direito e Ciência Política. Para além disso, o seu envolvimento em vários projetos e iniciativas internacionais, permite ao estagiário um contacto com o mundo profissional e uma perspetiva do mundo político incomparável.

Nesta secção, irei abordar a temática do departamento governamental onde realizei o meu estágio, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, abordando a sua história, o seu papel, a sua estrutura, pondo em evidência a importância da diplomacia e das relações bilaterais e multilaterais de Portugal. Aproveito ainda para fazer um pequeno enquadramento dos principais eixos da política externa portuguesa. Nesta primeira parte do relatório, descrevo ainda as funções e atividades desenvolvidas no MNE, mais concretamente no serviço que faz parte integrante da Direção-Geral da Política Externa onde estagiei - os Serviços da Ásia e Oceânia -, referindo os objetivos do estágio, expostos no Regulamento do PECMNE e no Protocolo assinado previamente à realização do mesmo. Esta parte termina com aquilo que considero que foi a aplicação dos conhecimentos do mestrado no estágio e as competências e conhecimentos desenvolvidos durante o mesmo.

1.1 A história do MNE

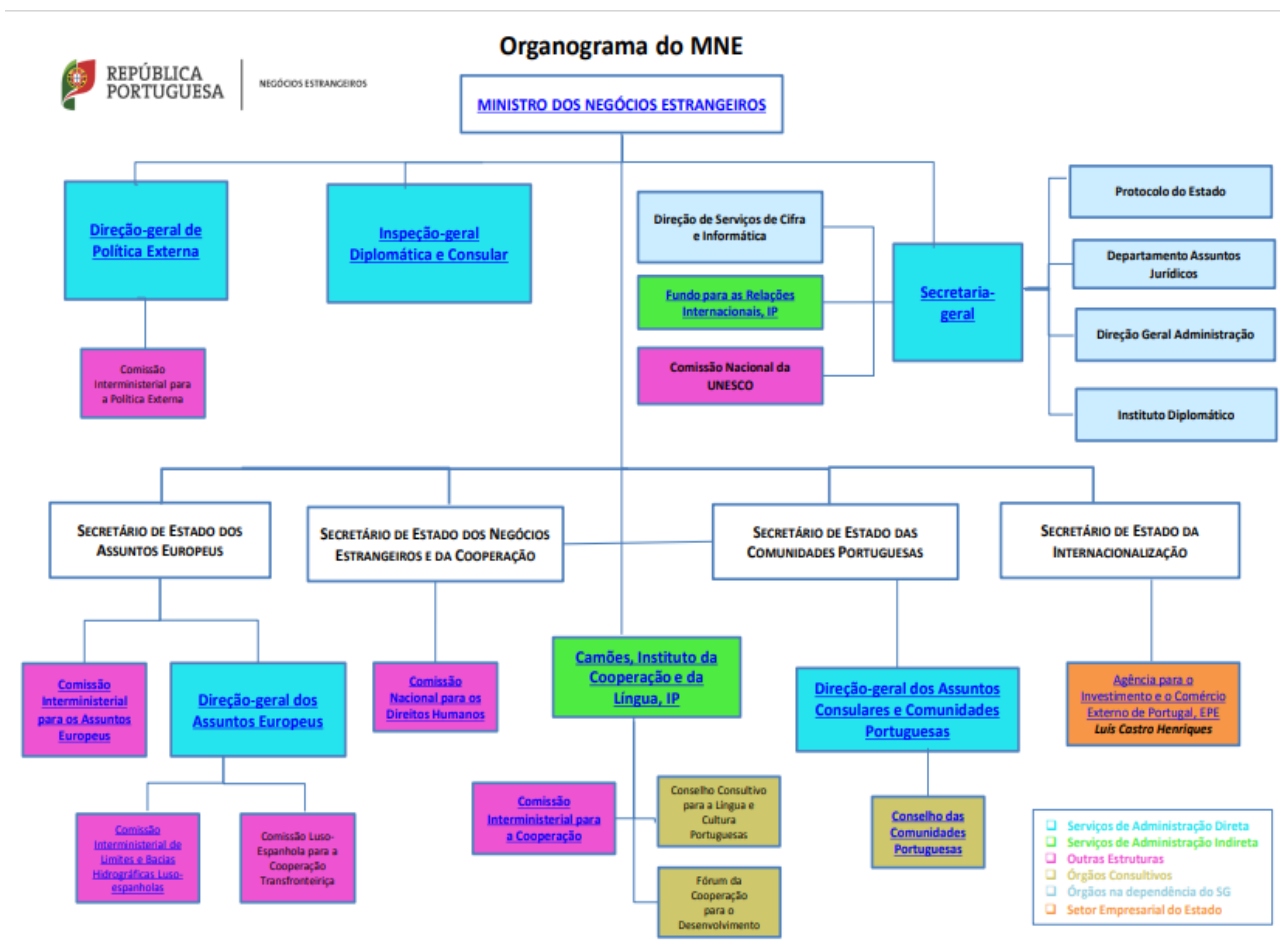
Em 1910, após a proclamação da República, o Palácio das Necessidades foi, eventualmente, ocupado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros que, vindo do Terreiro do Paço, ali se instalou por volta de 1926 (Portal Diplomático, 2023). Embora a diplomacia seja uma atividade muito antiga, e o seu uso em Portugal remonte aos tempos do Condado Portucalense, a primeira Secretaria de Estado vocacionada para os assuntos de Estado foi criada pelo Rei D. João IV após a Restauração. Mais tarde, no reinado de D. João V, a reorganização da Administração Pública, imposta pela experiência na primeira metade do séc. XVIII, traduziu-se (alvará de 28 de julho de 1736) na criação de três secretarias de Estado – a dos Negócios Interiores do Reino, a da Marinha e dos Domínios Ultramarinos e a dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (Portal Diplomático, 2023).

Ao longo do tempo foram atribuídas à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, através dos diplomas que regularam o seu funcionamento, as matérias que ainda hoje competem ao Ministério dos Negócios Estrangeiros (Portal Diplomático, 2023).

1.2 O papel e a estrutura do MNE

A função do Ministério dos Negócios Estrangeiros consiste em “... orientar e pôr em prática a política externa de Portugal, para além de representar, por meio de embaixadas, missões permanentes e postos consulares, o Estado português em países estrangeiros e organizações internacionais” (Portal Diplomático, 2023). Acrescenta-se, também, ao seu leque de responsabilidades, “a missão de proteger os cidadãos portugueses que não se encontram em território nacional, conduzir as negociações internacionais que contem com a participação do Estado português e promover as relações de cooperação e amizade com outros Estados ou entes internacionais” (Portal Diplomático, 2023).

Figura 1 – Organograma do MNE



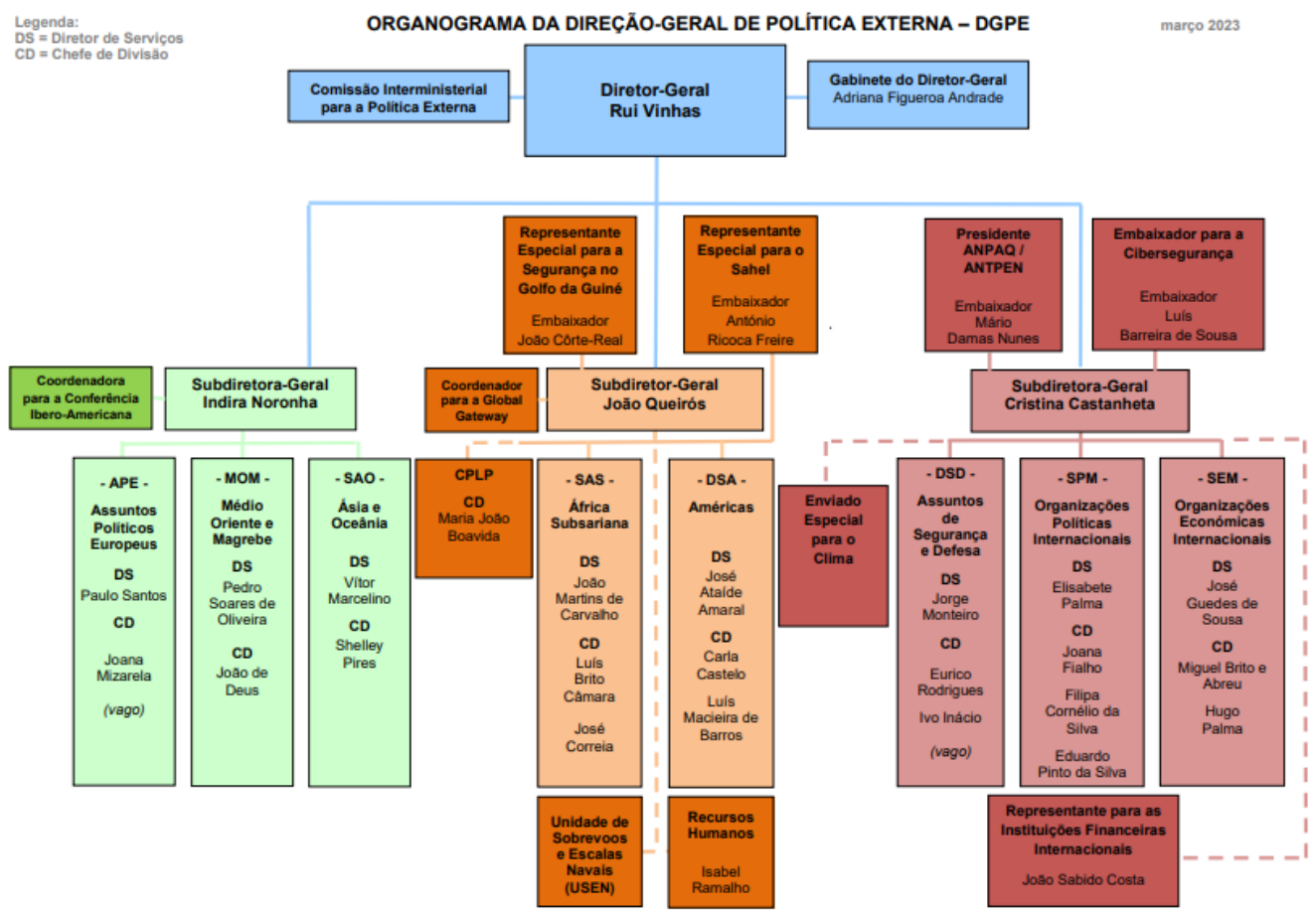
Fonte: Portal Diplomático, 2023.

Até à data atual, setembro de 2023, o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros é exercido pelo Dr. João Gomes Cravinho, contudo, nos meus primeiros meses de estágio, o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros ainda era ocupado pelo Dr. Augusto Santos Silva.

O Ministro é o dirigente máximo da estrutura organizacional do MNE, dividindo-se este em vários serviços, como é possível observar *supra*. Relativamente à estrutura orgânica, da administração direta do Estado, fazem parte os seguintes serviços centrais: a Secretaria-Geral, a Direção-Geral de Política Externa (DGPE), a Inspecção-Geral Diplomática e Consular, a Direção-Geral dos Assuntos Europeus e a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (MNE, 2022a).

Por sua vez, a administração indireta do Estado é constituída pelo Fundo para as Relações Internacionais, I.P.; pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.; e pela Comissão Interministerial de Limites e Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (MNE, 2022a).

Figura 2- Organograma da DGPE



Fonte: Portal Diplomático, 2023.

De acordo com o Artigo 1º da Portaria n.º 31/2012 de 31 de janeiro, a Direção-Geral da Política Externa (DGPE), que é tutelada pelo MNE, apoia-se nos seguintes núcleos:

1. Direção de Serviços para os Assuntos Políticos Europeus;
2. Direção de Serviços para os Assuntos de Segurança e Defesa;
3. Direção de Serviços das Organizações Políticas Internacionais;

4. Direção de Serviços das Organizações Económicas Internacionais;
5. Direção de Serviços da África Subsariana;
6. Direção de Serviços do Médio Oriente e do Magrebe;
7. Direção de Serviços das Américas;
8. Direção de Serviços da Ásia e Oceânia.

O MNE possui uma rede diplomática, que se traduz no conjunto das missões diplomáticas e postos consulares de um Estado, tendo na sua responsabilidade representar os interesses do Estado junto dos países recetores ou organizações internacionais em causa. Para além desta rede externa, possui serviços centrais que funcionam no Palácio das Necessidades (em Lisboa), os quais se ocupam da definição da política externa a seguir pelo nosso país, nas áreas multilateral e bilateral, da administração dos recursos humanos e do património do Estado, dos assuntos europeus e da área consular (Portal Diplomático, 2023).

Seguindo o discurso do atual Presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa, na apresentação de cumprimentos ao corpo diplomático, em 2016, a vida profissional diplomática consiste em recolher informação, analisar e realizar a devida interpretação sobre a realidade internacional, tendo consciência que definições matemáticas, estatísticas ou numéricas podem ser redutoras, lembrando que os países se revelam muito mais do que as possíveis conclusões retiradas dessas definições (Sousa, 2016).

Com efeito, a Constituição da República Portuguesa (2022) estabelece, logo no seu artigo sétimo, a forma como Portugal se rege nas relações internacionais, destacando os princípios:

- do respeito pelos direitos do homem;
- da igualdade entre os Estados;
- da solução pacífica dos conflitos internacionais;
- da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados;
- e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade.

Prossegue ainda noutros artigos comprometendo-se:

- no reforço da identidade europeia;
- e na manutenção de laços privilegiados de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa.

No discurso acima referido (Sousa, 2016), o Presidente da República refere ainda que a geografia e a história são fatores de orientação da política externa nacional (Europa, espaço transatlântico e África), assim como a língua portuguesa, explicando a nossa ligação aos povos de língua portuguesa. O Presidente refere ainda 3 prioridades para a política externa portuguesa:

- Acompanhamento e a valorização das comunidades portuguesas – Este elemento resulta numa das três prioridades da política externa, devido à dimensão que representa. Portugal tem dez comunidades com mais de 120 000 pessoas, espalhadas por três continentes (Europa, África e América), para além de núcleos populacionais relevantes na Ásia e na Oceânia. Estando esta comunidade num estado de diversificação e crescimento contínuo, enquanto prioridade, importa contribuir para o seu bem-estar e segurança e promover a sua integração tão qualitativa quanto possível no espaço em que se encontra, pois num dado momento, a comunidade pode ser afetada por uma qualquer situação de crise, natural, humana ou política, na qual a política externa portuguesa pode ser chamada a agir (MNE, 2023).

- Internacionalização da economia – a intenção do processo de internacionalização não se foca apenas em proporcionar condições favoráveis ao nível das exportações e importações, visando igualmente outras áreas como a língua, cultura, cooperação, mobilidade e ciência, estando estas ligadas entre elas, sendo que, a nível da política externa, esta está sempre presente a contribuir, promover, dinamizar e estabelecer laços e conexões. Estes laços e conexões, regulares, permitem um maior número de parceiros, contribuindo, conseqüentemente, para este esforço de internacionalização (MNE, 2023).

- Reforço do multilateralismo – Portugal prossegue uma política de multilateralismo, sendo paralelamente uma característica da sua ação externa e um objetivo prioritário, como referi, da sua política externa (Sousa, 2016). Esta característica observa-se pela

presença portuguesa, na categoria de membro, numa variedade de organizações internacionais, sendo um ambiente propício para desenvolver a sua influência, relacionando-se com outros atores internacionais (Governo, 2017).

Como referi na introdução, a definição da política externa, a representação e a negociação dos interesses nacionais demonstram a importância que o conceito de diplomacia possui no contexto orgânico do MNE e na sua estrutura, pois a construção de relações bilaterais e multilaterais consoante o intercâmbio de pessoas, ideias e culturas, é crucial para a defesa dos interesses nacionais. As relações bilaterais e multilaterais traduzem-se numa parte imprescindível deste instrumento de política externa e para o MNE, principalmente através das suas delegações (embaixadas e representações permanentes), pois é através destas relações que se proporcionam elementos políticos entre os representantes (seja ao nível bilateral ou multilateral), como a negociação e a assinatura de acordos e/ou memorandos, visitas oficiais, apoios a candidaturas, etc. As relações bilaterais (no espaço geográfico da Ásia e Oceânia) estiveram sempre presentes ativamente na realização do meu estágio, por exemplo, na elaboração da ficha-país, em que era importante recolher este género de informação, importando perceber que candidaturas tinham sido feitas pelo país em questão e que países prestaram apoio a essas mesmas candidaturas, demonstrando assim um dos exemplos da importância de construir relações bilaterais duradouras.

2. O estágio no MNE

2.1. Objetivos do estágio

Após um segmento mais descritivo sobre a instituição de acolhimento, importa agora fazer uma breve introdução sobre os objetivos do estágio, expostos no Regulamento do PECMNE. No Portal Diplomático pode-se encontrar uma série de oportunidades de trabalho, formações e programas de estágios. Os estágios curriculares que o MNE realiza nos seus vastos departamentos e serviços internos e externos têm como objetivo apresentar aos estudantes a oportunidade de aprofundar o seu conhecimento teórico do funcionamento da diplomacia e da ação da política externa de Portugal, assim como o funcionamento estrutural intrínseco ao MNE, proporcionando uma experiência em

contexto real de trabalho. Os estudantes do ensino superior, através destes estágios curriculares, para além de conseguirem obter créditos universitários extra, têm ainda a hipótese de escolher realizar um relatório de estágio para a obtenção do grau de mestre, sendo um equivalente da dissertação. É neste enquadramento que surge o meu programa de estágio, inserido no Departamento dos Serviços da Ásia e Oceânia, sob a chefia da Dra. Sofia Batalha.

No organograma da DGPE (figura 2), é possível observar as várias divisões e serviços, incluindo os Serviços Ásia e Oceânia. A motivação para a escolha destes serviços passa pelos pólos emergentes de acontecimentos políticos e sociais, situados no continente asiático. É uma área geográfica com experiências políticas, com diferentes tipos de democracias e formas de governo, tornando o seu trabalho, estudo e análise, interessante e estimulante profissionalmente. Aquando da realização do meu estágio, a SAO estava sob a responsabilidade e chefia da Dra. Sofia Batalha, contudo, atualmente (2023) estes serviços são chefiados pelo Dr. Vítor Marcelino, mantendo-se a Dra. Shelley Pires como Chefe de Divisão.

Segundo o Artigo 6.º da Portaria n.º 31/2012 de 31 de janeiro, as principais competências dos Serviços da Ásia e Oceânia organizam-se por:

- Reunir as informações de carácter político, económico e cultural e assegurar a atualização de elementos completos sobre a realidade política, económica e cultural dos diferentes países das áreas consideradas;
- Estudar, dar parecer e assegurar o expediente relativo aos assuntos de carácter político, económico e cultural relativos aos mesmos países;
- Preparar os elementos julgados necessários ao esclarecimento no estrangeiro da política portuguesa e à sua defesa e dos interesses nacionais e enviar as instruções convenientes às missões diplomáticas e consulares de Portugal;
- Proceder à negociação e participar no processo de conclusão e denúncia de tratados e convenções internacionais de carácter político, económico e cultural, assegurando para esse efeito a coordenação dos elementos necessários, em estreita colaboração com os ministérios e serviços competentes;
- Colaborar com os restantes serviços do Ministério e com outros departamentos governamentais na preparação de instruções e elementos a enviar às delegações

portuguesas junto dos organismos internacionais de carácter político, económico e cultural;

- Assegurar a participação nacional em reuniões no âmbito da política externa e de segurança comum, na sua área de competência;
- Colaborar na preparação da participação portuguesa nos vários níveis da política externa e de segurança comum, através de uma permanente articulação com a respetiva direção de serviços (MNE, 2022b 2022c).

Acerca da área geográfica dos SAO, esta prática diariamente ações de diplomacia, através das várias embaixadas nesta zona geográfica, sendo que a Embaixada de Portugal em Banguécoque é uma das mais antigas missões diplomáticas do mundo, e promovendo a cultura e os produtos portugueses junto dos diferentes povos asiáticos, em coordenação com outras agências e instituições relevantes. Estas ligações históricas e culturais com a Ásia proporcionam um enorme potencial de desenvolvimento do relacionamento bilateral com os países da região. Diversos analistas defendem que a Ásia é o continente do séc. XXI, designadamente em termos demográficos e económicos. Contabilizando 60% da população mundial, prevê-se que, em 2030, os consumidores asiáticos gastem perto de 32 biliões de USD por ano, o equivalente a cerca de 43% do consumo mundial (Portal Diplomático, 2023).

Segundo informação presente no Portal Diplomático (2023):

- Portugal conta com 14 representações diplomáticas residentes (9 embaixadas e 4 consulados-gerais) na região asiática. Sendo a economia global cada vez mais impulsionada pelos mercados asiáticos, com o concomitante desvio para Oriente do peso económico e da influência política, a diplomacia portuguesa tem procurado adaptar-se em conformidade, promovendo as vantagens do nosso país na atração de negócios e investimentos.
- Para além do comércio e dos investimentos, a Europa e a Ásia devem também intensificar intercâmbios, designadamente em questões relacionadas com a governação e a segurança mundiais. Tal como Portugal, a UE é membro da ASEM - Asia-Europe Meeting, processo intergovernamental que permite um debate informal entre países da Europa, da Ásia e da Oceânia sobre diversos temas de interesse comum, isto é, educação, saúde, desenvolvimento sustentável, economia e política externa, numa perspetiva de conectividade inter-regional.

- Se a estratégia global consiste em procurar contrariar a distância geográfica através de contactos político-diplomáticos regulares (designadamente no quadro da ASEM), a diversidade dos países asiáticos – entre si, em termos políticos, económicos, sociais e culturais, mas também no que respeita à intensidade do respetivo relacionamento com Portugal – implica uma abordagem diferenciada e uma definição de prioridades distinta consoante o parceiro em causa.
- A Oceânia é ainda o continente com menor extensão territorial e no qual habita apenas 0,5% de toda a população mundial, concentrada sobretudo na Austrália. Portugal conta com 2 representações diplomáticas residentes (1 Embaixada e 1 Consulado-Geral) nesta região, composta por 14 Estados soberanos.
- Procurando contrariar a sua pequena dimensão e o isolamento internacional motivado pela sua distância, estes países encontram-se agrupados no Fórum das Ilhas do Pacífico, organização intergovernamental que visa reforçar a cooperação entre os seus membros em vários domínios – segurança, economia, defesa, etc. – e defender globalmente os respetivos interesses. As pequenas ilhas do Pacífico integram igualmente a lista de Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), estabelecida informalmente pelas Nações Unidas com o propósito de abordar em conjunto as preocupações comuns destes Estados, sobretudo em matéria de extrema vulnerabilidade às alterações climáticas e de condições de desenvolvimento sustentável, e pertencem também à Aliança dos Pequenos Estados Insulares, organização intergovernamental estabelecida em 1990 para agir no sistema das Nações Unidas em prol das preocupações dos seus membros com as consequências nefastas do aquecimento global.

Em linha com o Regulamento do PECMNE, o Plano de Estágio Curricular é um elemento obrigatório para a definição das funções e responsabilidades do estagiário, sendo que este foi-me apresentado na assinatura do Protocolo de Estágio, como uma exposição base do que seriam as minhas tarefas e atividades a desenvolver:

- Pesquisa e análise documental;
- Elaboração e atualização de documentos internos relacionados com a agenda bilateral e externa dos países da Ásia e Oceânia;
- Apoio a reuniões internas e externas (notas, relatos e *follow up*);

- Atualização de levantamentos de informação funcional, como, por exemplo, mas não exclusivo a: lista de acordos bilaterais.

A descrição e análise das atividades realizadas durante o estágio permite demonstrar a aquisição de novos conhecimentos e o desenvolvimento de competências, que advêm do desempenho das funções inerentes ao estágio, assim como da relevância dessa escolha para o domínio científico do ciclo de estudos deste relatório.

Da panóplia de tarefas de um estagiário nos Serviços da Ásia e Oceânia, a principal foca-se no primeiro ponto da lista de competências da SAO, tendo sido na elaboração destes elementos, que se encontrou a motivação para o estudo de caso deste relatório de estágio.

2.2. Funções e atividades desenvolvidas

Direcionando o foco para a parte prática do estágio e a metodologia usada na realização das tarefas, este decorreu sempre em linha com o protocolo previamente estabelecido. O meu horário laboral iniciava-se às 10 horas da manhã, no Palácio das Necessidades, na secção da Direção-Geral da Política Externa, partilhando o meu gabinete com a chefe dos Serviços da Ásia e Oceânia, Dra. Shelley Pires. No meu gabinete, onde tinha acesso a um computador, iniciava o dia organizando os emails recebidos, categorizando-os consoante a sua urgência.

Por volta das 11h, era distribuído o *media clipping* por todos os colaboradores do MNE, sendo que uma das minhas tarefas enquanto estagiária era encarregar-me de realizar um apanhado, todas as manhãs, das principais notícias que fizessem referência aos países SAO, informando de seguida cada *desk* com as notícias mais relevantes referentes ao seu país. De modo a complementar este apanhado, tinha ainda acesso privilegiado, através da conta oficial do MNE, ao site *Financial Times*.

No meu primeiro dia de estágio, deparei-me rapidamente com a oportunidade de perceber a seriedade de estar a estagiar no MNE. Assim que cheguei e recebi uma visita guiada

pelo Palácio das Necessidades, tive uma reunião com a Diretora dos Serviços da Ásia e Oceânia, que me indicou a minha primeira tarefa: a realização de uma ficha país, sendo o país eleito para tal, a Malásia. A DS deu-me alguns pontos-chave sobre o tipo de investigação do MNE, as fontes e recursos utilizados, assim como um prazo de mês, tendo sido sempre este prazo para as restantes fichas-país realizadas posteriormente. Outro elemento que era autoatribuído, mas que fazia questão de não falhar, era entregar um breve sumário das atividades realizadas durante o dia, que informação recolhi, o que investiguei e o que encontrei, à DS.

As tarefas variavam todos os dias, assim como as urgências. Tanto tinha dias em que as tarefas consistiam em algo mais elementar e básico, como a construção de bases de dados, através da elaboração de quadros de informação diversa, como quadro Excel de missões diplomáticas e quadro Excel de contactos de Embaixadas de Portugal no estrangeiro. Estas bases de dados eram atualizadas regularmente, ocorrendo mudanças de pessoal e cargos com frequência, sendo que as informações tinham de ser as mais atuais possíveis, servindo como ponto de contacto na DGPE.

Ainda dentro da construção de bases de dados, foi-me pedido também uma investigação sobre acordos em vigor ou em negociação com os países SAO, de modo a criar essa base como referência interna. Para esta investigação, tinha como recurso o arquivo DGPE/SAO assim como as pastas eletrónicas partilhadas, os *websites* dos respetivos MNEs, assim como o *website* do Ministério Público, no separador dos Tratados. Quando estes elementos não eram suficientes, contactava o Arquivo Histórico Diplomático do MNE, verificando a possibilidade de existir algum registo antigo, especialmente Protocolos ou MdE (Memorando de Entendimento), visto que estes não entram na base de dados do Ministério Público.

Ainda dentro das tarefas básicas, foi requisitada a minha participação em conferências, seminários e workshops como “UN Resolution 2758 Turns 50: Implications for Taiwan”, “High Level Joint Discussion on Preventing Catastrophe in Afghanistan”, Conferências da Primavera 2022 - Macau”, entre outras, apresentando sempre à DS um resumo do tema falado, assim como as minhas apreciações finais. Este ponto vai de encontro com outras reuniões que assisti (com um nível de importância baixo), em nome da DS, devido à sua

agenda preenchida e com sobreposição de reuniões. Neste cenário, ficava encarregue de assistir e anotar as considerações mais relevantes.

Outra tarefa que me foi designada foi a coordenação e acompanhamento político dos telegramas. Sempre que chegava algum telegrama à DS, ia buscá-lo ao seu gabinete tratando de dar seguimento à informação. Se fosse um telegrama de alguma reunião europeia, o procedimento era fazer um levantamento primário das referências aos países da SAO, seguindo-se um resumo dessa informação e enviar para os respetivos *desks*. Se fosse um telegrama proveniente de alguma embaixada ou consulado, a informação era enviada diretamente aos *desks*, sendo depois arquivada.

Como tarefas mais complexas, da minha perspectiva, refiro um quadro Excel que realizei comparando a Malásia e o Vietname. Neste quadro, comparei dados básicos, como população, área total, PIB, o nível de vida, recorrendo a diferentes indicadores, assim como organizações a que ambos os países pertencem e acordos que cada país assinou e ainda não ratificou, procurando verificar a razão. Apesar de ter sido uma tarefa que me permitiu desenvolver as minhas capacidades de pesquisa e análise, a complexidade surge na falta de informação sobre estes países quanto a assuntos políticos e/ou governamentais. Apesar de ter concluído com sucesso, foi a tarefa que mais tempo me consumiu.

Dentro desta categoria, considero também a elaboração da ficha-país das tarefas mais complexas que realizei ao longo dos 6 meses de estágio, principalmente por ser um elemento tão trabalhoso, tendo feito 3 fichas. A parte que dava mais trabalho, e este é um fator comum às três fichas, era verificar a veracidade da informação que tinha recolhido, por exemplo, a data de quando as relações diplomáticas foram estabelecidas. Esta verificação passou por contactar o Arquivo Diplomático, que já referi anteriormente, onde após o meu contacto, me enviavam tratados e trocas de correspondência (elementos digitalizados), consideravelmente antigos que demonstravam o primeiro contacto diplomático entre os dois países.

Outra razão pela qual a ficha país foi uma tarefa mais complexa, para além da recolha de informação, tem a ver com a sua continuidade, isto é, mesmo esta já estando tecnicamente concluída, continuando a ser um país sobre a minha responsabilidade, eu continuava encarregue de ir atualizando as fichas com nova informação, caso fosse pertinente. Por exemplo, aquando da *tour* asiática do Secretário de Estado dos EUA, Anthony Blinken,

todos os dias saíam novos elementos acerca das suas visitas, sendo pertinente para mim atualizar as fichas, na secção das relações bilaterais do país em questão com os EUA, sobre algum acordo ou MdE que tivesse sido assinado nessas visitas, ou outro assunto de igual importância.

Em dias mais acelerados, estes eram passados a elaborar contributos oficiais para reuniões. Neste cenário, refiro, como exemplo, a mudança do Diretor-Geral da DGPE a meio do meu estágio. Esta mudança é importante para o contexto, pois este Diretor tinha uma maneira de trabalhar diferente do anterior, requisitando reuniões de enquadramento todas as semanas. Assim, cabia-me a mim pedir contributos de cada *desk* sobre algum desenvolvimento sobre os seus países nessa semana, partilhando igualmente o meu contributo, de modo a que a DS informasse o DGPE do ponto de situação de cada país. Nesta lógica, criou-se um quadro interno dentro da SAO, da minha autoria, que ia sendo atualizado com os principais eventos de cada país em 2022.

Durante o estágio, dentro dos contributos oficiais que fui efetuando, temos ainda a elaboração de documentos de apoio e notas de enquadramento, caindo sobre a política externa da Mongólia, sobre a situação política no Camboja, no âmbito de uma reunião *high level* UE, o relato de encontro entre a Diretora dos Serviços e uma diplomata francesa e ainda uma análise ao programa eleitoral do PS e do PSD, sobre referências aos países SAO.

O contributo sobre a situação política no Camboja foi realizado no âmbito do COASI, que citando o *site* do Conselho da União Europeia (2023) é o Grupo de Trabalho Ásia-Oceânia, sendo responsável pelas relações entre a EU e Ásia e a Oceânia, abrangendo 27 países e 6 organizações regionais da região. O grupo de trabalho ocupa-se da preparação dos debates sobre as relações da UE com a Ásia e a Oceânia no Comité Político e de Segurança, no COREPER e no Conselho, desenvolvendo estratégias e políticas a longo prazo da UE na região, assegurando a coerência das ações da UE, preparando cimeiras com os parceiros estratégicos e acordos-quadro políticos entre a UE e os países da região.

Esta foi a tarefa que me fez sentir mais pressionada e stressada, devido à sua importância, mas também pela falta de tempo e preparação que tive. Rapidamente percebi que isto era habitual no contexto do MNE, mas uma urgência podia ocorrer a qualquer hora e tínhamos que estar preparados para isso. Nas poucas horas que me deram, tive que

preparar um documento com os últimos desenvolvimentos da política interna do Camboja e as expectativas quanto à sua presidência na ASEAN, assuntos da atualidade, problemas e acontecimentos, sendo que o Camboja me tinha sido entregue para a realização da sua ficha-país na manhã desse dia, significando que a informação que eu tinha reunido até ao momento desse pedido era escassa. Deste modo, passei as restantes horas do dia, sendo que o contributo tinha que ser entregue até ao final do dia, a investigar e a pesquisar afincadamente toda a informação possível, guiando-me por esses elementos que me foram dados da informação que pretendiam receber.

No contexto da Covid-19, para além dos elementos que tínhamos de recolher sobre os nossos países (SAO), que vou referir mais à frente, foi-me pedido que preparasse uma lista de pedidos de reconhecimentos de certificados dos países SAO. Este pedido, apesar de simples, permitiu-me entender a verdadeira complexidade das relações bilaterais e as suas implicações, por exemplo, para estes pedidos de reconhecimento. À priori, nunca tinha refletido sobre a seriedade das relações entre os países, pensei que neste contexto, este pedido era apenas uma formalidade entre países, contudo, por questões diplomáticas há países que podem recusar este reconhecimento dos certificados.

A única tarefa constante e certa era a elaboração da ficha-país, diferenciando apenas o país, sendo que ia trabalhando nesta ao longo do mês. Esta ficha-país tem como propósito atualizar os dados do país em questão, assim como o ponto de situação da política interna e as suas relações externas. Ao finalizar a elaboração da parte SAO, requisitava-se contributos de candidaturas, cooperação, língua e cultura, relações económicas e assuntos consulares aos respetivos serviços externos do MNE.

Após alguma experiência adquirida na elaboração da ficha-país da Malásia e do Camboja, a DS decidiu atribuir-me a ilha de Vanuatu, por considerar um desafio em termos de acesso à informação, mas também por ser a primeira vez que iria fazer uma ficha do começo, não me limitando apenas a atualizar a informação existente, como nos outros casos.

O meu método de trabalho para a realização da ficha consistia numa *checklist* que elaborava previamente, de modo a manter-me organizada e consciente da informação a tratar no processo. O primeiro ponto na *checklist* era consultar todos os telegramas recebidos da Embaixada de Portugal em Camberra, enviados pelo Embaixador Não-

Residente e passar a informação relevante para um documento rascunho e, posteriormente, para a ficha. O segundo consistia em verificar junto da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) os dados introdutórios e principais indicadores do país, neste caso, Vanuatu. Após este passo, procurava os titulares de cargos políticos e as datas das próximas eleições, sendo que esta informação era encontrada de forma dispersa, podendo em parte vir num telegrama e outra parte retirava de fontes consideradas fidedignas pelo MNE, como jornais ou *sites* oficiais de outros países, *sites* de outros ministérios, do *site* CIA *World Factbook*, entre outros. Posteriormente a este processo introdutório, iniciava a minha pesquisa profunda e focada, de modo a elaborar a minha análise das relações diplomáticas, política interna, últimos desenvolvimentos do vírus Covid-19, política externa e relações bilaterais mantidas pelo país em análise.

Em relação aos últimos desenvolvimentos do vírus, seguindo as *guidelines* dos Serviços SAO, todos os dias recorria a um relatório extenso lançado pela OMS, onde expunham a informação detalhada, neste caso do Vanuatu, sobre os casos diários de Covid-19, quantas vacinas já tinham sido administradas e quantas doações de vacinas e equipamento médico tinham recebido até ao momento. Quanto à situação política, as minhas fontes primárias consistiam em telegramas oficiais, complementadas com fontes secundárias, como notícias dos principais jornais de Vanuatu, sites jornalísticos prestigiados dentro da comunidade diplomática, comunicados de outras embaixadas e representações da ONU. A ficha ficava terminada, adicionando por último as questões a reter sobre o país, que se localizam logo no seu início, de modo a que o Ministro dos Negócios Estrangeiros, aquando da apresentação de credenciais do futuro embaixador, tivesse uma noção breve, mas informativa, da situação política e social do país. Assim, entre as demais responsabilidades e tarefas desenvolvidas, a elaboração da ficha-país do Vanuatu foi a que suscitou o devido interesse para o tema central do relatório, tendo sido levemente referido na minha análise a sua política interna, ficando a vontade e a motivação para desenvolver mais e aprofundar este país.

2.3 Aplicação dos conhecimentos do mestrado e competências e conhecimentos desenvolvidos no estágio

Para finalizar a parte 1 deste relatório, e facilitando a transição para a parte 2, importa enquadrar a Ciência Política no âmbito do MNE e mencionar alguns dos conhecimentos e competências adquiridas no estágio, relevantes para a realização do relatório.

A opção de realizar um relatório de estágio para a obtenção de grau de Mestre, como já referi anteriormente, introduz o desenvolvimento da parte prática do Mestrado em Ciência Política permitindo um contacto próximo de certos elementos, teorias e contextos lecionados na parte curricular do mesmo. Este contacto próximo traduz-se ou reflete-se num conjunto de atividades desenvolvidas ao longo dos 6 meses de estágio.

Não obstante o facto de algumas nos levarem para o âmbito das Relações Internacionais, é possível destacar a elaboração das diferentes fichas-países, que me permitiram analisar e investigar a política interna (e externa) dos países, como as principais diretrizes intrínsecas do próprio país, a sua forma de proceder quanto ao desenvolvimento da democracia, de políticas públicas, do governo e do bem-estar geral do seu povo, que podem condicionar, positiva ou negativamente, as relações bilaterais entre Portugal e os países cujas fichas elaborei.

Nesta análise e investigação profunda, foi ainda possível ter contacto com diferentes formas de governo, que pedem recursos de análise e conjunturas diferentes. Estes elementos, que possibilitaram aprimorar as minhas capacidades de pesquisa e investigação para um nível mais produtivo, de modo a delegar a informação mais relevante, de forma sucinta, mas compreensível, são os que nos permitem enquadrar a Ciência Política no contexto do MNE. Para além deste conjunto de competências, foi-me ainda possível desenvolver e adquirir outras tantas, inerentes à realização de um estágio.

Começo pela flexibilidade, transmitida pela adaptação rápida que tinha que ser feita consoante as tarefas e urgências diárias. Esta competência é transversal, sendo útil para qualquer contexto organizacional, contudo, com ambientes de trabalho de ritmo acelerado como o MNE, este elemento é imprescindível. Outro tipo de competência que apenas foi possível de aprender e adquirir em contexto do estágio, foi a capacidade de reconhecer que o percurso futuro, principalmente enquanto profissional na área de Ciência Política,

é de aprendizagem contínua, sendo condição uma abertura constante para novos conhecimentos, opiniões e teorias, ligando-se ainda à competência de saber receber críticas construtivas, assim como desenvolver um pensamento crítico, mantendo a imparcialidade em situações mais adversas. Estes últimos elementos ligam-se à primeira competência que referi, da investigação e análise. Ao realizar pesquisas e análises, quer seja sobre eventos atuais, situações políticas ou relações bilaterais, o pensamento crítico e a imparcialidade tornam-se características obrigatórias.

Como outras competências possíveis de desenvolver durante o estágio temos a comunicação inter-organizacional e a escrita, desenvolvendo a adaptação destas ao recetor, isto é, no contexto do MNE aprendi a adaptar a minha comunicação e forma de escrever consoante o recetor da minha mensagem, quer fossem os meus colegas, embaixadas e consulados ou outro tipo de entidade governamental. Este desenvolvimento leva-nos a outra competência, a da diplomacia. Mesmo enquanto estagiária, foi-me possível acompanhar a vida dos diplomatas e dos adidos de embaixadas, tendo a oportunidade de ver o Ministério dos Negócios Estrangeiros de um ângulo diferente, assim como aprender a navegar situações diplomáticas complexas, como por exemplo no contexto da guerra Rússia-Ucrânia.

Por último, temos o desenvolvimento das competências digitais. Dentro destas competências, tive a oportunidade de aprimorar a minha capacidade de utilizar os diferentes motores de busca para encontrar informação e perceber como analisá-la. Foi-me também possível alargar a minha utilização das ferramentas do Microsoft Office, principalmente do Excel, com a criação dos quadros de informação que foram referidos *supra*. Estas competências permitiram-me ainda uma breve introdução à operacionalidade de softwares internos do MNE, a que recorria no meu dia a dia, que permitiam a extração da informação (assim como a introdução de nova), facilitando conexões entre informações passadas e a comunicação interna.

Ainda dentro do tema das competências digitais, temos a cibersegurança. Apesar de não ser propriamente uma competência, é algo fundamental de ter no nosso leque de conhecimentos devido à importância da privacidade dos nossos dados e no contexto do estágio, dos dados do MNE, tendo este sido inúmeras vezes alvo de ataques informáticos. A introdução da cibersegurança no estágio deu-se no contexto do trabalho remoto e da

Covid-19, passando a utilizar o VPN do MNE. Ao utilizar esta ferramenta todos os colaboradores conseguiam partilhar documentos na *drive* e estar ligados aos sistemas do MNE, sendo necessário perceber os riscos que se podem originar da nossa navegação, não clicando em *links* duvidosos, não partilhar informações confidenciais em locais impróprios e, por fim, mudar regularmente de *password*.

Essencialmente, os conhecimentos e as competências que adquiri com a realização do estágio, complementando com a aprendizagem da parte teórica do Mestrado, apresentam-se como base para a realização da parte 2 deste relatório.

Parte 2 - Estudo de caso: o Vanuatu

Na segunda parte deste relatório dedicado à análise do Vanuatu, importa primeiramente apresentar e justificar os aspetos teóricos e os conceitos que apoiam esta análise, bem como as pesquisas empíricas similares e a metodologia usada. Num segundo capítulo, analiso a contextualização histórica, geográfica e política do Vanuatu e no terceiro capítulo as causas da sua instabilidade política.

O objetivo é então problematizar a questão da instabilidade política do Vanuatu, usando a política interna como instrumento de análise, que conduz à introdução e utilização de elementos intrínsecos à área como análise do sistema de governo, que abrange o sistema eleitoral e partidário, assim como a sua fragmentação partidária. No quadro da instabilidade política, encontramos dimensões, causas e efeitos. Neste relatório, surge o interesse e a necessidade de elaborar sobre as causas, isto é, os fatores que levam a essa instabilidade.

1. Enquadramento teórico-conceitual, revisão da literatura e metodologia

Na região do Pacífico, há estados excessivamente fragmentados, tanto na sua religião, etnicidade ou linguagem, sendo este um fator que, alegadamente, impede a sua democratização. Noutros estados do Pacífico, a política funciona sem partidos políticos institucionalizados, apesar de alguns teóricos afirmarem tal ser impossível. Deste modo, é possível observar a criação das raízes da democracia, com a realização de eleições e o processo de compromisso e conciliação é, em larga parte, mantido sendo que efetivamente, os estados tendem a receber pontuações elevadas pela *Freedom House*, uma base de dados estatísticos altamente citada e utilizada por cientistas políticos, que desenvolve investigações e advoga a favor da democracia, liberdade política e direitos humanos (Corbett & Veenendaal, 2018).

Nas teorias que se focam no processo de democratização, há certos fatores que são destacados como elementos negativos que dificultam a transição e formalização deste processo como pobreza, fragmentação cultural e étnica, herança colonial repressiva,

tradições indígenas, fraca centralização política e instituições disfuncionais (Mbembe, 2001)

Deste modo, na teia de fatores existentes, deparamo-nos com conceitos e perspectivas teóricas, inerentes ao tema, como democracia, estabilidade e instabilidade política, e ainda colonialismo, assumindo-se como cruciais para a análise do estudo de caso, de uma perspectiva histórica e política.

Democracia

Sendo a democracia um elemento vastamente utilizado ao longo desta parte do relatório, importa definir que conceito de democracia citamos. A Assembleia Geral das Nações Unidas (2005), apesar de ter um conjunto de elementos democráticos essenciais aprovado, não tem um conceito de democracia definido, sendo que no seu meio existem diversas formas de democracia. Neste contexto, seguimos o conceito de democracia definido por Robert Dahl.

Segundo Dahl (2020), uma democracia apenas pode ser classificada desse modo se tiver os 5 elementos que o autor enumera: participação igual e eficaz; igualdade de votos; igualdade de aprendizagem e compreensão; controlo do processo democrático; inclusão de todos os cidadãos adultos. Estes elementos conformam-se com os aspetos convencionais da democracia, aprovados pela Assembleia Geral das Nações Unidas (2017): a realização de eleições livres e justas, o sufrágio universal e, para além destes aspetos processuais, um conjunto de direitos políticos, direitos civis e aspetos relacionados com o Estado de Direito. Nesta linha teórica, importa mencionar a plataforma *Freedom House*, pela forma como avalia o estado da democracia em países de todo o mundo, utilizando os mesmos elementos supramencionados, como recurso à sua avaliação (Saati & Bergman, 2022).

Para Dahl, nas últimas décadas, mesmo nos países em que a democracia há muito que era estimada e considerada segura, alguns observadores e/ou cientistas políticas, consideraram que a democracia estava em crise ou, pelo menos, gravemente afetada por um declínio da confiança dos cidadãos nos seus líderes eleitos, nos partidos políticos e nos funcionários do governo e na sua capacidade de lidarem de forma justa e bem sucedida, com questões como a persistência do desemprego, a pobreza, a criminalidade, os programas de assistência social, a imigração, a fiscalidade e a corrupção. Assim, desde

a última metade do século XX, o mundo assiste a uma mudança política extraordinária e sem precedentes. Questionando, deste modo, o conceito de democracia, Dahl chega a uma divisão sobre os seus fundamentos: ou há um foco claro nos ideais e nos seus objetivos, ou um foco adaptado à nossa realidade. Nos ideais e objetivos da democracia, questiona-se o que é a democracia e a sua escolha enquanto objetivo a atingir. Já na realidade adaptada surgem questões como que instituições políticas são necessárias para a democracia e que condições a favorecem (Dahl, 2020).

Na perspetiva do autor, qualquer sistema/instituição política, que procura direcionar-se para estatuto de democrático, teria de cumprir os cinco elementos referidos *supra*, e apenas se cumprisse esses elementos seria plenamente democrático. No entanto, estes elementos descrevem um sistema democrático ideal ou perfeito, embora, tendo em conta os limites que nos são impostos pelo mundo real, para Dahl é inconcebível que possamos realmente alcançar um sistema perfeitamente democrático. O que estes elementos podem fazer é ajudar-nos a fornecer padrões que nos permitam comparar as realizações e as imperfeições remanescentes dos sistemas políticos atuais e das suas instituições, ajudando-nos a encontrar soluções que nos possam guiar para o ideal. Em diferentes épocas e lugares, sistemas políticos com instituições políticas significativamente diferentes têm sido chamados de democracias porque se adaptaram a enormes diferenças de tamanho ou escala de unidades políticas - em população, território ou ambos. Para compreender isto, precisamos também de refletir sobre a questão de saber quais as condições num país que favorecem o desenvolvimento e a estabilidade das instituições democráticas e também quais as condições que impedem ou dificultam o seu desenvolvimento e estabilidade. Esta reflexão revela-se de grande importância para o tema central deste relatório de estágio (Dahl, 2020).

Sistema de Governo (Parlamentarista)

Intrínseco ao conceito de democracia está o sistema de governo e a sua análise. Neste âmbito, a análise permite desenvolver teses e analisar o governo (e as suas políticas), inclusive a sua estabilidade, contudo, sendo o foco deste relatório os fatores que levam à instabilidade política, não me irei aprofundar nas dimensões de análise à estabilidade de um governo.

Assim, de uma perspectiva teórica generalista, importa analisar o sistema de governo parlamentarista, sendo esta a organização política do Vanuatu. Deste modo, recorre-se a Juan Linz e à sua análise do sistema parlamentarista. Segundo Linz (1990), os sistemas parlamentares apresentam uma série de mecanismos de responsabilização, mas normalmente também limitam o seu impacto no interesse da estabilidade política, sendo que para o autor um sistema parlamentarista tem mais probabilidades de ter um governo democrático sustentável e estável. Numa democracia parlamentar, é o poder executivo que governa e está no centro da formulação das políticas nacionais. É o poder executivo, representado pelo Primeiro-Ministro e o seu gabinete, que simboliza o ápice da responsabilidade política, tendo que orientar assuntos do Estado e supervisionar a implementação de políticas, assim como reagir e lidar com crises e emergências.

Linz afirma que existem sistemas parlamentares que, pela sua raiz política, têm uma maior capacidade de resolver questões e conflitos inerentes a sistemas multipartidários. No entanto, sublinha a probabilidade da sua conclusão, que não é uma certeza ou verdade universal, sendo apenas uma questão teórica, que está aberta para discussão. O autor conclui relembrando a importância da análise teórica em casos isolados, sendo a única maneira de perceber se nesse contexto, a sua teoria se confirma ou não. É esta a base e perspectiva teórica para a análise do contexto político interno de Vanuatu.

Sistema Partidário

Ainda neste âmbito, recorro também às considerações teóricas de Maurice Duverger (1970) e Arend Lijphart (1984, 1994 e 1999), sobre o tema. Em *Os Partidos Políticos*, Duverger defende que é válido descrever um sistema partidário a partir do número de partidos, sendo que a distinção básica é entre sistemas bipartidários e sistemas com mais de dois partidos, permitindo estabelecer uma correlação entre estabilidade política e o número de partidos. Esta obra em particular é de grande importância para a análise partidária do Vanuatu. De igual importância, recorro ainda a *Electoral Systems and Party Systems*, como obra basilar, pois Lijphart (1994) foca-se em analisar o funcionamento e as consequências políticas dos sistemas eleitorais, principalmente a tradução dos votos em assentos e os seus efeitos nos sistemas partidários. Outra obra de Lijphart, de igual relevância, é *Patterns of Democracy. Government Forms and Performance in Thirty-Six Countries*. Nesta obra, Lijphart (1999) decorre sobre dois tipos de democracia, democracia maioritária ou Westminster e democracia de consenso, e sobre as suas

principais distinções. Apesar de aprofundar as características de cada tipo de democracia, na perspectiva de Lijphart, a democracia de consenso revela ter características vantajosas para sociedades mais divididas, isto porque, segundo o autor, democracia de Westminster pode excluir quase metade da população do processo governamental, sendo que ao concentrar o poder nas mãos da maioria, o modelo de democracia de Westminster estabelece um governo-versus-oposição que é competitivo e contraditório. A competição e o conflito também caracterizam este modelo. Para Lijphart, a democracia de consenso é a solução institucional para sociedades com profundas clivagens étnicas, linguísticas, religiosas ou ideológicas, permitindo que a democracia funcione através da incorporação dos direitos das minorias e permitindo que os grupos minoritários influenciem as políticas.

Estabilidade Política

Imprescindível para a estruturação do tema, apresento uma definição de estabilidade política, da autoria de Leon Hurwitz (1973). O conceito de "estabilidade política" é um tema deveras discutido na investigação em ciência política, no que diz respeito à formação, operacionalização e medição do conceito. Embora existam linhas e perspectivas que convergem na maior parte da literatura quanto ao significado geral básico do termo, a discussão cria-se quanto ao significado dos termos empregues para definir "estabilidade". Hurwitz argumenta que a estabilidade política é o estado em que um objeto político existe quando possui a capacidade de impedir que contingências forcem a sua não sobrevivência, sendo que estabilidade é um conceito dicotómico, isto é, um sistema ou é estável ou instável, não existindo, portanto, graus de estabilidade. A estabilidade política tem sido aplicada a diferentes níveis do sistema político, como comunidade, regime e autoridades, ou seja, para alguns autores, o conceito está ligado à ausência de um elemento concreto, como violência ou mudança, enquanto para outros está associada a uma presença, como continuidade, durabilidade, longevidade, resistência e persistência, elementos associados a uma linha de tempo longa e ininterrupta.

Deste modo, Hurwitz (1973) identifica 5 elementos que permitem tipos de abordagens diferentes, que ajudam na análise deste conceito: ausência de violência; longevidade/duração governamental; existência de uma legítima mudança constitucional; ausência de mudança estrutural; e, por fim, uma sociedade multifacetada.

Colonialismo

Finalizando o enquadramento conceptual, identifica-se e justifica-se o conceito de colonialismo presente na obra *Discourse on Colonialism* (2020), de Aimé Césaire. Tomando a perspectiva de Césaire, é fundamental chegar a um consenso sobre o que não é colonialismo, criando uma visão mais clara e livre de suscetibilidades. O colonialismo não é uma evangelização, nem uma instituição filantrópica, tal como não é o desejo de acabar com as fronteiras de ignorância ou tirania, nem uma tentativa de promover o Estado de Direito. O colonialismo afirma-se como uma campanha para civilizar o barbarismo. Para Césaire (2020), a colonização desumaniza até o homem mais civilizado. A atividade colonial, o empreendimento colonial, a conquista colonial, baseada no desprezo pelo nativo e justificada por esse desprezo, tende inevitavelmente a mudar o colonizador, que para aliviar a sua consciência tem o hábito de ver o outro homem como um animal.

Discourse on Colonialism é essencialmente uma tese que, apesar de ter sido publicada pela primeira vez em 1950, tornou-se um clássico quando se quer estudar a complexidade do colonialismo. Nesta obra, Césaire (2020) desconstrói a ideia que o colonialismo ofereceu benefícios mútuos para os colonialistas europeus e para os povos colonizados, argumentando que apenas se assegurou o desequilíbrio de poder entre as civilizações europeias e não europeias. Esta desconstrução ocorre perante a sua análise a obras literárias de autores burgueses modernos, traçando as várias formas de violência colonial representadas através da sua linguagem e retórica. Assim, *Discourse on Colonialism* analisa as relações entre as potências coloniais e as comunidades colonizadas.

A revisão da literatura permitiu identificar a direção da análise e identificar o contributo específico da mesma assim como as lacunas presentes, não obstante que literatura existente sobre o Vanuatu (e as Ilhas do Pacífico, no geral) seja, em grande parte, desatualizada e praticamente escassa, principalmente sobre a sua situação política. Apesar do leque da literatura ser consideravelmente mais pequeno, este relatório cita obras, estudos e relatórios importantes, entre outras referências, como fontes para analisar o contexto do Vanuatu. Neste sentido, podemos referir:

- livros como *Bridging mental boundaries in a postcolonial icocosmo: Identity and Development in Vanuatu*, de William Miles (1998), onde Miles resume a história política

da situação colonial de Vanuatu e como essa situação impactou a independência do país, entrevistando políticos, líderes comunitários e civis, demonstrando a importância de estudar e analisar os pequenos países, criticando os cientistas políticos que se focam apenas em países de média/grande dimensão;

- e *Political Parties in the Pacific Islands*, de Roland Rich, Luke Hambly e Michael Morgan (2008), sendo um guia imprescindível de análise aos partidos políticos dentro dos demais países das ilhas do pacífico, tendo um capítulo focado no Vanuatu;

- Estudos/Relatórios realizados no âmbito do Vanuatu e/ou Ilhas do Pacífico como *Political Culture, Representation and Electoral Systems in the Pacific Islands*, de John Fraenker e Bernard Grofman (2005), que explora os diversos sistemas eleitorais e instituições políticas que englobam as Ilhas do Pacífico;

- *How instability creates stability: the survival of democracy in Vanuatu*, de Wouter Veenendaal (2020), que estabelece a diferença entre estabilidade de regime e estabilidade política, isto é, o tempo de vida de um governo, desenvolvendo sobre o fenómeno da sobrevivência da democracia do Vanuatu com condições desfavoráveis para a sua existência. O autor demonstra como o conceito de democracia é válido no Vanuatu, não obstante a sua instabilidade, mas deixou a lacuna de entender as causas dessa instabilidade;

- e *Why small states offer important answers to large questions*, de Wouter Veenendaal e Jack Corbett (2015), que apesar de ser o último desta listagem, foi o estudo que maior impacto teve na realização desta parte do relatório de estágio, tendo servido como base de motivação para o estudo/análise do Vanuatu. Neste artigo, os autores focam-se em demonstrar a importância que pequenos países representam para a ciência política no geral, não só enquanto países, mas principalmente o seu valor enquanto possíveis estudos-caso. Desta obra nasce assim a vontade de analisar o Vanuatu, mais precisamente os fatores que são propícios à sua instabilidade política, pretendendo também demonstrar a importância do Vanuatu e da sua análise política.

A nível metodológico, a abordagem que orienta este relatório, como referi na introdução, é uma abordagem qualitativa juntando as fontes recolhidas por mim, através da observação participante aquando a realização do estágio, com outros dados pesquisados

na elaboração do relatório. Como modelo de análise, o relatório apresenta-se como um estudo de caso, tendo como objetivo alcançar um entendimento mais profundo sobre a instabilidade política no Vanuatu. Neste contexto, é importante referir que dentro dos fatores que dificultam a transição e a formalização do processo de democratização, decidi escolher três fatores. Como fator introdutório, e a sua escolha motivada pelas atividades realizadas no estágio na elaboração de uma nota introdutória sobre o estado da política interna de Vanuatu para a Ficha-País, temos a herança colonialista. Enumero mais dois fatores, a fragmentação partidária e a fragmentação sociocultural, mas importa esclarecer que são ramificações da herança colonial, isto é, são consequências do passado do Vanuatu enquanto colónia de França e Inglaterra (Veenendaal, 2020).

2. Contextualização do Vanuatu

De uma forma abstrata, Vanuatu é um pequeno estado, mas que, devido à sua geografia, abrange uma vasta área constituída por 83 ilhas habitadas dispersamente por um total de 300,000 pessoas, proporcionando elementos estruturais distintos do que nos é habitualmente conhecido.

Figura 3 - Localização geográfica do Vanuatu



Fonte: World Atlas, 2023.

As ilhas do arquipélago são de origem vulcânica e de plataforma coralina, e o grupo inclui cinco dos 500 vulcões ativos do mundo. A topografia das ilhas é variável, mas varia normalmente entre as planícies costeiras baixas a interiores montanhosos e densamente florestados, com o pico mais alto do arquipélago, com 1 800 metros de altitude no Espírito Santo. O país regista um clima tropical, com uma estação de ventos alísios de sudeste entre maio e outubro. A precipitação anual varia entre 90 polegadas e 154 polegadas no Norte. A temperatura média varia entre cerca de 27°C na altura mais quente do ano a cerca de 22°C durante os meses mais frescos, a meio do ano. Vanuatu situa-se na faixa ciclónica e sofre regularmente os efeitos dos ciclones tropicais (ESCAP, 1996).

Figura 4 – Composição arquipélago do Vanuatu



Fonte: World Atlas, 2023.

Esta estrutura social distinta começou na época pré-colonial, onde o contacto entre os habitantes das diferentes ilhas era mínimo, criando-se comunidades com línguas, crenças

e tradições diferentes, sendo estes elementos características do sistema *Wantok*¹ (Miles, 1998). No entanto, a sua língua franca, Bislama, nasceu desse contacto entre habitantes das ilhas, na época pré-colonial.

Vanuatu foi povoada pela primeira vez por volta de 2000 a.C. por falantes austronésios das Ilhas Salomão. Por volta do ano 1000, começaram a desenvolver-se nas ilhas sistemas de chefias localizadas. Em meados da década de 1400, o vulcão Kuwae entrou em erupção, provocando conflitos frequentes e lutas internas. Aproximando-se de 1606, quando o explorador português Pedro Fernandes de Queirós, que foi o primeiro europeu a avistar as ilhas Banks e Espírito Santo, estabelece-se uma colónia de curta duração nesta última (Forsyth, 2009). Em 1774, após as primeiras explorações oficiais das ilhas, feitas pelo capitão James Cook, este deu-lhes o nome de Novas Hébridas, o que permitiu que outras explorações se estabelecessem no Vanuatu nos anos que se seguiram. Em meados de 1860, quase metade dos nativos masculinos foram raptados das suas ilhas e encaminhados para Austrália, Fiji, entre outras ilhas, de modo a serem explorados laboralmente em plantações de açúcar. É nestas condições adversas, com nativos de línguas e costumes diferentes, que nasce a língua Bislama.

Do século XIX para a frente, começaram os conflitos entre duas potências colonizadoras, França e Inglaterra, pelas terras do Vanuatu. Com esta rivalidade, estabeleceu-se em 1906 a “Comissão (ou Condomínio) das Novas Hébridas”, quando ambos os países se uniram numa entidade política para governar as ilhas sob uma administração partilhada (Miles, 1998). O termo “condocolonialismo”, cunhado por Miles (1998), projeta as características desta administração partilhada: fortemente caracterizada por rivalidades e desconfiança entre as duas potências e os representantes locais, sendo que nenhuma das potências tinha necessidade de investir em instituições ou infraestruturas da sua colónia, sendo o seu foco influenciar os nativos, através da educação, língua e religião, para os pressionar a escolher lealdade perante uma das nações. Esta rivalidade inevitavelmente influenciou e traçou o caminho do Vanuatu para a sua independência (Veenendaal, 2020).

¹ Os membros de um wantok estão ligados por uma religião, ancestralidade, etnia ou língua comum (wantok é um termo para 'uma conversa') e estão ligados uns aos outros por uma complexa rede de redes e obrigações mútuas. Cada wantok tem um conjunto comum de normas, rituais e padrões de comportamento que é chamado de kastom (de 'costume'). A liderança dos wantok baseia-se no chamado sistema do homem grande, que se refere à autoridade de uma única pessoa que alcançou esta posição através das suas habilidades e capacidade demonstradas para liderar e proteger o grupo (Sahlins, 1963).

Em 1970, altura em que o Reino Unido se queria desassociar das suas últimas colónias no Pacífico, criou-se um movimento libertário, liderado por Walter Lini² e apoiado por Inglaterra, que deu origem ao Partido Nacional de Novas Hébridas (World Factbook, 2023). Por outro lado, como resposta a este movimento, isto é, como oposição à independência do Vanuatu, nasce a União do Povo de Novas Hébridas. Após este início de indícios democráticos a florescer no Vanuatu, em 1975, dão-se as primeiras eleições democráticas, resultando numa vitória para o partido de Walter Lini e, conseqüentemente, para a independência do Vanuatu. Após a sua independência, a 30 de julho de 1980, o contexto político continuava largamente influenciado pelo Partido Nacional de Novas Hébridas. Contudo, em 1991, ocorre o primeiro distúrbio na realidade política do Vanuatu, com uma mudança dentro do Partido, obrigando-o a formar uma coligação governamental, de modo a manter-se no poder. Com esta coligação reeleita, abriu-se a porta para conflitos internos partidários, que resultou num sistema partidário fragmentado.

Conseqüentemente, esta fragmentação resultou numa instabilidade governamental característica de Vanuatu, sendo que, desde 1995, o tempo de vida em média de um governo é de menos de um ano. Contudo, apesar destas crises políticas e fragmentação partidária, a democracia em Vanuatu tem sobrevivido (Veenendaal, 2020) e, segundo a base de dados *Freedom House – Freedom in the World 2023 – Vanuatu* entra na categoria de “livre”, com uma pontuação de 82/100, dividindo-se em direitos políticos – 33/40 e direitos civis – 49/60.

Vanuatu é, deste modo, um país democrático com um Parlamento de 52 membros eleitos para mandatos de quatro anos por sufrágio universal dos adultos. Para além do governo nacional, existem seis conselhos provinciais. No entanto, estes têm poucos recursos e estão mal coordenados com o governo central. No contexto político do Vanuatu existem

² “The village boy who led a nation to Independence” - Juntamente com outros nativos, Walter formou a Associação Cultural das Novas Hébridas como forma de promover mudanças políticas e afastar as potências coloniais. Criou o jornal *New Hebrides Viewpoints*, utilizando os seus dotes literários para promover a compreensão do valor da independência em todas as ilhas.

Este jornal tornou-se rapidamente num movimento político que levou à formação do Partido Nacional das Novas Hébridas (mais tarde *Vanua'aku Pati*). Utilizando esta plataforma política, Walter foi obtendo o apoio popular à independência, associado ao direito à terra.

Walter foi escolhido para liderar o partido e tornou-se o primeiro Primeiro-Ministro de Vanuatu em 30 de Julho de 1980. O nome "Vanuatu" foi escolhido porque significa "a nossa terra para sempre". Walter disse, ao abençoar a nova nação, que "pequena é bela e poderosa" (DailyPost, 2020).

numerosas divisões: entre os partidos, dentro dos partidos e mesmo entre os políticos e o eleitorado, como referido. A instabilidade política é endémica em Vanuatu, tendo em consideração que as moções de censura levam regularmente ao derrube dos governos e há uma remodelação contínua dos partidos políticos. Atualmente, o governo é constituído por 11 partidos políticos diferentes e nove independentes (ESCAP, 1996).

Contudo, a introdução da democracia é recente, como é o caso de países que foram antigas colónias, tendo Vanuatu celebrado 47 anos de independência este ano de 2023.

Quanto à qualidade de vida no Vanuatu, segundo um relatório promovido pela ONU, o serviço de telecomunicações é precário fora dos grandes centros. As comunicações entre as ilhas dependem em grande medida de pequenos aviões e navios de transporte costeiro e as estradas das ilhas são de qualidade variável, isto é, durante os meses húmidos do ano, as estradas das ilhas são frequentemente intransitáveis (ESCAP, 1996).

Apesar de ser considerado um país democrático e ser membro de várias organizações internacionais e regionais³, o seu processo de desenvolvimento económico está sujeito aos desafios com que normalmente os pequenos Estados insulares em desenvolvimento (PEID) se deparam. Vanuatu enfrenta desafios, nomeadamente com a limitação dos recursos dos principais mercados e as dificuldades associadas aos transportes internacionais, a dispersão territorial, que irei aprofundar mais à frente, incluindo a insularidade múltipla, a capacidade limitada de explorar economias de escala e de diversificação da economia, e a vulnerabilidade a choques económicos externos e impactos ambientais (Briguglio, L., Cordina, G., Vella, S., & Vigilance, C. , 2010).

Questiona-se, deste modo, as origens da instabilidade e que fatores levaram a que o Vanuatu experiencie esta realidade política diversa, o que nos leva ao próximo capítulo.

³ Grupo de Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), Organização das Nações Unidas (ONU), Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB), Fundo Monetário Internacional (IMF), Fórum das Ilhas do Pacífico (PIF), Organização Mundial da Saúde (WHO) - (World Factbook, 2023).

3. A instabilidade política no Vanuatu

“Mas como é que se passa de colónia para ‘o que vem depois’?
(Mbembe, 2001) ⁴

Como já referido *supra*, nas teorias que se focam no processo de democratização há certos fatores que são destacados como elementos negativos que dificultam a transição e formalização deste processo, tais como pobreza, fragmentação cultural e étnica, herança colonial repressiva, tradições indígenas, fraca centralização política e instituições disfuncionais (Mbembe, 2001).

Apesar destes elementos serem característicos do Vanuatu, este é considerado um país democrático (Freedom House, 2023), com uma combinação de instabilidade política e estabilidade de regime, sendo esta exata combinação que permite e perpetua o processo de democratização (Veenendaal, 2020).

Mas qual é a origem desta instabilidade política, se o Vanuatu é considerado um país democrático? Que fatores levam a esta realidade? A resposta a estas perguntas será dada através da análise de três fatores – a herança colonial, a fragmentação sociocultural e a fragmentação partidária – que dificultam a transição e a formalização do processo democrático.

1. Herança Colonial

“Quando é que uma colónia deixa de ser colónia?” – Esta é uma questão feita por David Chappel (2005) em *Historical Perspectives on Independence*, que obriga o leitor a refletir sobre o processo de descolonização.

Segundo o *Cambridge Dictionary* (2023), descolonização é o processo em que um país que era anteriormente uma colónia (= controlado por outro país) se torna politicamente independente. Mas, tal como Chappel (2005) pretende demonstrar com a sua reflexão, o país apenas se torna independente territorialmente, faltando a descolonização das

⁴ Questão que Achilly Mbembe (2001) coloca no seu livro *On the Postcolony*.

instituições económicas, sociais, culturais e religiosas. Para o autor, é um problema estrutural, pois era esperado que as colónias, após a sua independência, adotassem os modelos de estado europeus mesmo nunca tendo tido experiência com modelos de governo, sendo que o colonialismo não tinha como objetivo prepará-las para a sua independência (Chappel, 2005). Daí que a descolonização possa ser interpretada como uma restauração da soberania, uma reentrada na história (Fannon, 1961).

Pelas ilhas do Pacífico e Oceânia, o impacto do colonialismo varia desde patrulhas armadas ocasionais em território da Nova Guiné até extensivas perdas de terras, repressão ou até despovoamento em certas ilhas, dado que o despovoamento provocado por doenças epidémicas e os diferentes graus de perda cultural e de dependência económica aumentaram com o tempo. Todavia, alguns líderes indígenas conseguiram converter a sua interação com embarcações estrangeiras em novos trunfos para reivindicar o seu estatuto, ao apropriarem-se e adaptarem as suas inovações. A questão, que Chappel (2005) aponta como um problema estrutural, é que mesmo após a sua independência, as suas reivindicações têm que ser feitas em conformidade com estruturas que lhes são estranhas. Por conseguinte, a Oceânia contemporânea é considerada uma área de experimentação de diversas formas de governo.

No Vanuatu, Miles (1998) segue esta linha de pensamento, afirmando que para ultrapassar e desconstruir as barreiras mentais impostas pelo colonialismo, é preciso que se percorra no mínimo três gerações. É assim crucial aprender como é que estas barreiras foram introduzidas no Vanuatu, como funcionam e como é que, atualmente, persistem no Vanuatu contemporâneo, contribuindo para a sua instabilidade política.

Nos raros casos em que um território colonial era administrado por mais que uma potência, como o Vanuatu, as barreiras territoriais internas evidenciaram claramente a esfera colonial de cada potência, levando a que elementos como língua, educação, forma de administração, lei e economia variassem consoante a esfera colonial, sendo que, após a sua independência, estas barreiras continuam presentes (Miles, 1998).

Para além da diferença entre as línguas que os Ni-Vanuatu (nativos)⁵ aprendiam de ambos os lados, também se diferenciava na educação, isto é, escolas anglófonas usavam

⁵ Um elemento importante que faz o povo do Vanuatu os Ni-Vanuatu é o seu *kastom*, a sua cultura e tradição (Miles, 1998).

materiais adaptados ao contexto do Pacífico do Sul para pessoas em que o inglês não era a sua língua materna, enquanto em escolas francófonas os textos eram em francês e seguiam o currículo do ministério de educação francês. Deste modo, a população do Vanuatu emergiu destes dois sistemas escolares a falar línguas europeias distintas, assim como pensar e raciocinar de diferentes formas. Segundo Miles (1998), esta distinção entre formas de pensar, dentro da mesma comunidade, criou uma clivagem cognitiva mais profunda do que aquela que se reconhece entre um falante de inglês e de francês. Foi nesta clivagem que se criaram e aprofundaram as barreiras mentais na população, que ainda perduram até aos dias de hoje.

O autor afirma que Vanuatu é dos poucos países do Terceiro Mundo, que enfrenta o desafio de se descolonizar internamente de divisões coloniais, sendo o único país a sofrer um domínio territorial simultâneo e coextensivo de duas potências estrangeiras, a França e a Grã-Bretanha. Em concordância com Chappel (2005), Miles defende que apesar das barreiras mentais impostas e internalizadas durante a época colonial estarem a ser dissipadas, sendo um problema estrutural, estas persistem para lá da definição formal de descolonização, que Chappel e Miles evidenciam o porquê de ser um conceito mais complexo que aquele que é referido e amplamente utilizado.

Sendo o caso do Vanuatu distinto de outras realidades de países enquanto colónias, Miles (1998) criou um termo específico para a realidade do Vanuatu: o “condocolonialismo”, ilustrando o seu domínio e a administração partilhada entre as duas potências (França e Grã-Bretanha), conhecido como “Condomínio” ou “Comissão Conjunta”. Miles (1998, pp. 29-58) apresenta cinco características que demonstram como o condocolonialismo difere do colonialismo:

“(1) o domínio estrangeiro é alargado e mantido sobre uma possessão ultramarina tanto para contrariar e irritar um rival imperial como para beneficiar a pátria-mãe per se; (2) o desenvolvimento de infraestruturas é limitado e direcionado, para que os benefícios de tais investimentos não revertam a favor do parceiro rival; (3) os súbditos de tal domínio (os condocolonizados) não são reprimidos por uma potência metropolitana nem assimilados a um modelo metropolitano, mas antes induzidos a juntar-se a um

lado contra o outro; (4) os condocolonizados aprendem a colocar as potências imperiais umas contra as outras, muitas vezes para favorecer os interesses locais e prosseguir a política autóctone; e (5) as rivalidades imperiais são reproduzidas e interiorizadas pelos condocolonizados, dando origem a clivagens políticas que perduram para além da adesão à independência e perpetuam atitudes de exploração em relação à instituição do governo.”

Apesar do condocolonialismo dividir o país em duas áreas, a rivalidade entre as duas impossibilitou a total influência de ambas, permitindo aos Ni-Vanuatu uma certa preservação do seu *kastom* (costumes), que de outra forma teria sido erradicado, levando à conquista da independência com noção da sua identidade. Este conceito não difere do conceito de colonialismo por criar atitudes coloniais diferentes, mas sim pela forma como as cristalizou e institucionalizou. Miles conclui o seu estudo com a frase “O desafio da independência consistirá em unir os povos insulares do Vanuatu, ultrapassando as antigas fronteiras indígenas, as fronteiras coloniais sobrepostas e as fronteiras mentais emergentes que os dividem” (1998, pp.156-183). Como o autor já demonstrou, o processo de descolonização não se resume à conquista da independência e o seu passado enquanto colónia desaparece. Deste modo, ao usar o futuro na sua frase, Miles demonstra como, na sua perspetiva, o processo de descolonização e o conceito de liberdade existem numa linha contínua, isto é, não são acontecimentos momentâneos, mas sim processos contínuos.

Até à Segunda Guerra Mundial, Vanuatu passava despercebido, enquanto colónia. Contudo, esta condição alterou-se com a expansão do Japão no ano 1940, passando o Vanuatu para o centro da guerra no Pacífico. Apesar de não terem tido nenhuma fatalidade originada pela guerra, o impacto social e económico da presença americana nas ilhas foi considerável, deixando para trás os elementos materiais que foram expostos aos nativos, assim como o conceito de liberdade (Miles, 1998).

No início dos anos 1960, dois grandes momentos de resistência ao Condomínio ocorreram. O primeiro foi o movimento que ficou intitulado de *Nagriamel*, reivindicando a sua oposição ao colonialismo e a sua defesa pelo *kastom*, pedindo autonomia cultural e económica. Já o segundo momento, que apelava igualmente ao *kastom*, possuía uma estrutura e um enquadramento político e organizado. Este movimento, como foi

brevemente mencionado *supra*, foi liderado por Walter Lini, que devido à sua exposição ao exterior, conseguiu a capacidade de estimular o pensamento anticolonial e trabalhar para a independência política, tentando conquistar as mesmas vitórias que as outras colônias estavam a atingir nessa altura. Essa organização de Lini apelava ao nacionalismo, tendo um público-alvo mais alargado do que o primeiro movimento. Quanto ao apoio das potências coloniais, este movimento teve o suporte de Inglaterra que se andava a reconciliar com a ideia da independência das suas colônias. Já França, cuja política externa pós-guerra não apoiava a descolonização, estava determinada em opor-se a Lini, aos seus apoiantes ingleses e a todos os defensores da independência do Vanuatu (Miles, 1998).

A primeira década da independência do Vanuatu foi caracterizada por diferentes ideologias, relações externas e rivalidades internas. A ideologia que Walter Lini desenvolveu, enquanto Primeiro-Ministro, identifica-se como Socialismo *Melanesiano*, distinguindo-se pelo comunitarismo, partilha e humanitarismo. Esta ideologia é caracterizada por ter origens indígenas, sendo que defende a soberania nacional e a autossuficiência, através da erradicação das mentalidades coloniais. Neste sentido, as primeiras relações diplomáticas estabelecidas foram entre Vanuatu e Cuba, Líbia e União Soviética, tendo sido uma forma de agradecer a estes países o seu apoio e reivindicação pela independência do Vanuatu. Contudo, tendo em consideração a conjuntura mundial nessa época, estes atos políticos não foram bem recebidos pela comunidade internacional, especialmente pelos EUA (Miles, 1998).

Assim, esta década foi marcada por uma crise de identidade do Vanuatu, que ainda hoje se sente, sendo que para abordar o impacto colonial, tem que haver um igual foco na busca pela identidade do oprimido. Daí ser imprescindível analisar as relações entre as potências coloniais e as comunidades colonizadas e do desequilíbrio de poder originado, como afirma Aimé Cesáire (2020), sendo que apenas desse modo chegamos ao reconhecimento da crise de identidade e da sua importância para os estudos pós-coloniais. Nesta questão, Fannon (1998) argumenta que a identidade adquire essa tamanha importância e significado, nos tempos pós-coloniais, não obstante às condições deprimentes que as nações foram sujeitas pelo colonialismo, novas nações, comunidades independentes e libertadas procuram a sua identidade perdida. A importância da

identidade não pode ser encontrada nos dicionários, porque está relacionada com a existência um do outro (Fannon, 1998).

A herança colonial do Vanuatu é efetivamente o fator da instabilidade política. Neste relatório enumero mais dois fatores, que são, na sua essência, ramificações da herança colonial (Veenendaal, 2020).

2. Fragmentação sociocultural

O estado de desconexão entre a sociedade mais alargada e os agrupamentos de alguns membros dessa sociedade é conhecido como fragmentação, sendo a fragmentação social estado de rutura institucional e interpessoal (Jeong & Seol, 2022). A esta rutura estão associados 5 riscos: (1) divisões sociais baseadas na identidade; (2) pressões demográficas; (3) acesso desigual a bens e serviços básicos; (4) desigualdades de género e (5) instabilidade política (Waller, 2021).

O passado colonial do Vanuatu deu origem a uma sociedade fragmentada, que por sua vez, tem como risco inerente a instabilidade política. Esta fragmentação perpetua, assim, a instabilidade política no Vanuatu.

Como já referido no capítulo 2 desta parte, Vanuatu é constituído por 83 ilhas, com uma considerável diversidade cultural, onde se encontram inúmeros clãs e tribos que, em conjunto, falam mais de 100 línguas diferentes. A fragmentação é assim evidente. O conjunto de ilhas ocupa aproximadamente 12,190km de território no Pacífico, situando-se entre a Austrália e o Havai. Segundo o site oficial do Governo de Vanuatu, mais de metade da população ainda vive num contexto rural, dependendo e vivendo da agricultura de subsistência (Governo de Vanuatu, 2023).

Como herança do seu domínio colonial, a divisão anglófona-francófona continua a dividir a população, gerando uma clivagem religiosa adicional entre católicos, protestantes e adeptos de outras religiões. Uma vez que a população total de Vanuatu é aproximadamente 300 000 habitantes, o país pode ser considerado, em termos proporcionais, como um dos mais fragmentados do mundo (Miles, 1998).

A problematização da descentralização, assim como da língua e educação tem sido um tema muito discutido em Vanuatu desde o período colonial, sendo uma das principais

áreas de disputa entre a população anglo e francófona, chegando ao ponto de criação de zonas francófonas, promovendo laços mais estreitos com a França e os interesses dos franceses no Vanuatu (Forsyth, 2009).

O Vanuatu possui a maior concentração de diferentes línguas por habitante de qualquer país do mundo. Esta divisão das comunidades em função da língua é um aspeto da divisão em função do lugar e proporciona um sentimento adicional de identidade, podendo ser considerado um elemento negativo e propício à instabilidade política, pois traduz-se numa fragmentação sociocultural, isto é, dentro do Vanuatu, dependendo do lugar, da língua e da comunidade, a identidade a que se apela varia. Importa, não obstante, mencionar que não existe um problema de comunicação entre as várias comunidades, tendo sido desenvolvido o *Bislama*, como já referi anteriormente.

Esta divisão foi assim, acentuada pelo processo de descolonização, em que os franceses e a população francófona indígena resistiram à independência, enquanto os partidos anglófonos a promoveram, criando uma divisão política entre anglófonos e francófonos, que ainda hoje se mantém (Cox, M., Alatoa, H., Kenni, L., Naupa, A., Rawlings, G., Soni, N., & Vatu, C, 2007).

Na época colonial, o arquipélago estava dividido em quatro distritos, cada um deles governado conjuntamente, em concorrência, por um agente distrital inglês e um agente distrital francês. Estes eram responsáveis principalmente por questões de lei e ordem e litígios entre a população indígena que não podiam ser resolvidos a nível local, sendo aconselhados por "avaliadores nativos" sobre a aplicação do *kastom* (Cox, M., Alatoa, H., Kenni, L., Naupa, A., Rawlings, G., Soni, N., & Vatu, C, 2007).

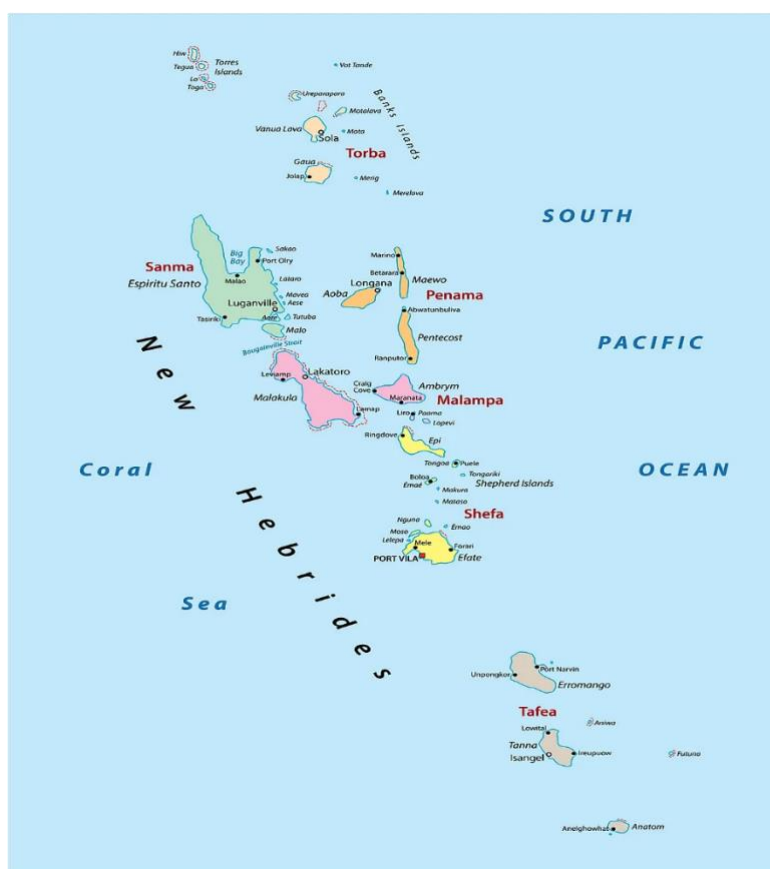
Há diferentes aspetos a que os Ni-Vanuatu recorrem para articular fontes de distinção entre si. Os dois mais significativos são o fenómeno da identidade da ilha e a divisão urbano-rural. Atualmente, a maioria dos Ni-Vanuatu rurais tem muito pouca interação com as instituições formais do Estado, sendo, por outro lado, as instituições consuetudinárias e informais a nível local vistas como altamente legítimas e muito mais relevantes para a vida das pessoas.

Embora sejam eficazes na manutenção da paz, tendem a ser de natureza conservadora e estão mal equipadas para desempenhar um papel ativo no desenvolvimento da comunidade (Cox, M., Alatoa, H., Kenni, L., Naupa, A., Rawlings, G., Soni, N., & Vatu,

C, 2007). A população interpreta o governo como um conceito remoto com pouco impacto nas suas vidas, enquanto que a identidade baseada na pertença à ilha, continua a ser uma norma social poderosa que funciona como um fator organizacional. Mesmo os políticos não se podem dar ao luxo de se concentrarem demasiado nas políticas nacionais, uma vez que os seus eleitorados exigem que se concentrem nas preocupações locais, como o desenvolvimento local e o acesso a fundos, de modo a conseguir ganhar e/ou manter os seus cargos (Forsyth, 2009). Este fenómeno mencionado *supra* é essencialmente uma fragmentação que é possível observar entre a população mais urbana e a população mais rural, sendo que o Vanuatu se divide em 2 centros urbanos Port Vila, que é a capital, localizada na Ilha Efate, com 30 mil habitantes e Luganville na Ilha Santo, com 11 mil (ver a figura 6 no Anexo).

A migração para os centros urbanos intensificou-se com a independência do Vanuatu, contudo devido à distância entre as ilhas e a falta de transporte acessível entre estas, as zonas rurais são frequentemente isoladas das zonas urbanas e do governo, daí o impacto do governo e de instituições governamentais ser praticamente nulo. As pessoas que vivem nas zonas rurais têm também menos probabilidades de mandar os seus filhos à escola, têm níveis de habilitações mais baixos e têm menos probabilidades de ter um emprego remunerado, havendo assim uma disparidade em relação ao acesso a serviços e elementos básicos, aprofundando a fragmentação social (Forsyth, 2009).

Figura 5 - Mapa das províncias do Vanuatu



Fonte: World Atlas, 2023.

As igrejas também desempenham um papel fundamental na governação da comunidade. Embora não sejam ativas nos debates políticos nacionais, são a única instituição nacional em Vanuatu com uma estrutura organizacional eficaz a nível das bases. No entanto, existe um elemento de concorrência pouco saudável entre as igrejas, podendo várias delas estar ativas numa única comunidade, evidenciando assim a clivagem religiosa, provinda do domínio colonial (Cox, M., Alatoa, H., Kenni, L., Naupa, A., Rawlings, G., Soni, N., & Vatu, C, 2007).

Noutro aspeto e/ou elemento característico da sociedade do Vanuatu onde se observa esta fragmentação é na tensão intergeracional. Como Miles (1998) explica no seu livro, após a independência em 1980, um fio condutor para o Vanuatu construir a sua identidade e afirmar-se na comunidade internacional foi manter o seu *kastom*, a sua cultura e tradição, aquilo que faz o povo do Vanuatu os Ni-Vanuatu. Contudo, tem-se notado um afastamento dos jovens perante estas tradições, procurando uma maior liberdade em relação à autoridade do chefe, motivando uma maior mobilização da juventude para zonas

mais urbanizadas, procurando oportunidades de formação e carreiras diferentes das gerações anteriores (Cox, M., Alatoa, H., Kenni, L., Naupa, A., Rawlings, G., Soni, N., & Vatu, C, 2007).

Seguindo esta lógica de uma tentativa de modernização por parte da população mais jovem, aponta-se outro aspeto que não é atual, mas que ainda se encontra acentuado em vários cantos do mundo, a disparidade entre o sexo masculino e o sexo feminino. Consoante a lei, os homens e as mulheres são iguais em Vanuatu, sendo estado assinante da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, para além de que a promoção da participação equitativa das mulheres nos assuntos domésticos, locais e nacionais faz parte do plano de desenvolvimento do governo desde a independência.

Porém, na prática a teoria é outra, existindo uma enorme divisão entre os Ni-Vanuatu com base no género. Esta divisão sente-se principalmente através dos chefes de família serem maioritariamente do sexo masculino, bem como pelo facto de terem duas vezes mais probabilidades do que as mulheres de ter um emprego remunerado, e detendo também a maioria dos cargos de poder (Forsyth, 2009). Citando um relatório feito pelo Departamento de Assuntos das Mulheres do Vanuatu, intitulado *Gender, Kastom and Domestic Violence* (2004) existe uma marginalização significativa das mulheres das discussões e decisões pertinentes em áreas de desenvolvimento social e económico, governação e direitos humanos a nível comunitário e nacional, continuando a ser uma conclusão válida atualmente.

Em suma, Vanuatu foi uma colónia britânica e francesa partilhada, denominada Novas Hébridas, até 1980. Influências mentais, institucionais e legais, resultantes da contínua dominância europeia, apresentam-se ainda na sociedade do Vanuatu como obstáculos ao seu desenvolvimento. Esta rivalidade condocolonial criou barreiras entre os Ni-Vanuatu, que perduram até hoje, criando duas comunidades, cujo conceito de progresso e política é baseado em perspetivas contrárias de cada potência colonial.

Para Miles (1998), enquanto o povo tiver de escolher entre ser educado em inglês ou francês, e enquanto a sua opção política for líderes anglófonos ou francófonos, o desafio de criar uma união nacional irá permanecer, relembrando que não é fácil reverter em tão pouco tempo estas divisões criadas ao longo de três gerações, sob este condocolonialismo.

3. Fragmentação partidária

Entre os países em desenvolvimento, existem poucas evidências de que os regimes democráticos conseguem sobreviver num ambiente político e social profundamente instável. Mas há um canto no mundo que constitui uma exceção a esta regra. A região da Melanésia, a sul do Pacífico, alberga três Estados pós-coloniais - Papua-Nova Guiné (PNG), Ilhas Salomão e Vanuatu - que se encontram entre os mais pobres e fragmentados do mundo, mas que nunca vivenciaram um regime autoritário (Veenendaal, 2020). Para além das variações decorrentes da herança colonial, cada um dos países tem uma combinação única de regimes constitucionais e legais, bem como de desenhos institucionais e sistemas eleitorais, que influenciam o ambiente em que os partidos políticos devem operar (Hambly, Morgan & Rich, 2008).

Para Linz (1990), nenhum dos dois principais tipos de democracia se tem saído bem no Terceiro Mundo. Tanto a democracia parlamentar como a presidencial têm falhado na maior parte dos contextos. O fraco desempenho do parlamentarismo no Terceiro Mundo pode estar relacionado com o facto de ter sido implementado maioritariamente em países africanos e asiáticos, onde os obstáculos sociais, económicos e culturais à democracia têm sido maiores do que na maioria dos casos latino-americanos. A maioria das democracias parlamentares que sofreram ruturas são casos que passaram recentemente por turbulentas lutas pela independência que foram desestabilizadoras e tinham profundas clivagens étnicas e uma identidade nacional pouco desenvolvida. No entanto, o fraco desempenho do parlamentarismo no mundo subdesenvolvido serve para nos lembrar que condições sociais e económicas pouco auspiciosas criam graves dificuldades, independentemente do tipo de regime (Linz, 1990).

A herança colonial do Vanuatu, caracterizada por ter sido um regime de condomínio, tornou-o um candidato ainda mais improvável à democratização do que as Ilhas Salomão. O impacto do colonialismo, resultou na fusão artificial de 83 ilhas numa única unidade política e na criação de uma divisão superficial entre anglófonos e francófonos (Veenendaal, 2020). Esta hiper-fragmentação tem, conseqüentemente, repercussões políticas. Após a sua independência, Vanuatu recorreu a um sistema parlamentar de governo com instituições maioritárias, mas também adotou um sistema eleitoral de voto

único não transferível (SNTV) acreditando facilitar a representação das minorias (Morgan, 2008).

A República de Vanuatu é uma das poucas democracias atuais que ainda utiliza este sistema eleitoral, sendo essencialmente um método de eleição que, em teoria, permite alcançar um certo grau de proporcionalidade entre lugares e votos. Com a independência, em 1980, surgiram dois partidos políticos, mas estes dividiram-se ao fim de uma década e, desde 1991, Vanuatu tem vivido um período de instabilidade política que envolveu 18 governos de coligação. Estudos sobre a experiência de outros países com a SNTV sugerem que a fragmentação dos partidos ocorre frequentemente, mas no contexto do Vanuatu, esta não é a origem da fragmentação partidária (Van Trease, 2005).

Na época pré-colonial, as tradições culturais e a liderança indígena diferiam de ilha para ilha e de *wantok* para *wantok*, sendo muito fluídas. Contudo, com o início do colonialismo no Vanuatu, o *kastom* tornou-se um ponto focal e um símbolo de identificação nacional durante a luta pela independência. Enquanto os chefes costumavam desempenhar um papel apenas a nível das aldeias, após a independência foi criado um Conselho Nacional de Chefes (o *Malvatumauri*), constitucionalmente consagrado para assegurar o papel dos chefes e do *kastom* a nível nacional. Atualmente, o papel deste conselho consiste em aconselhar o governo em matéria de cultura, *kastom* e línguas. O poder local dos chefes acaba por ter implicações políticas importantes, tendo em conta que os chefes desempenham um papel crucial na seleção, nomeação e aprovação dos candidatos políticos. Dada a ausência de serviços estatais a nível local, um dos principais critérios de seleção dos líderes políticos é a sua capacidade de fornecer bens e serviços à comunidade local (Veenendal, 2020).

Sendo cada vez mais influente no sistema político do Vanuatu, esta reemergência do sistema tradicional *melanesiano* traduz-se assim num dos fatores de origem que explica a fragmentação partidária (Van Trease, 2005).

Outra explicação para esta fragmentação é o sistema eleitoral do Vanuatu, que inevitavelmente contribuiu para a desintegração do sistema partidário. A organização política do Vanuatu, estabelecida em meados da década de 1970 e depois consagrada na Constituição da independência de 1980, refletia o sistema britânico de Westminster,

embora com um presidente, na qualidade de chefe de Estado, eleito pelos deputados e pelos líderes dos Conselhos Provinciais do Vanuatu, como já referi *supra*.

Este sistema e modelo, de um modo geral, segundo as conclusões do trabalho de Harding (2004), foi mantido pelos Estados das Caraíbas e do Pacífico, rejeitado pelos Estados africanos e adaptado pelos Estados asiáticos. Embora se possam identificar características essenciais, dificilmente se pode dizer, logicamente, que qualquer uma delas é essencial no sentido de que, se estiver ausente num determinado caso, o modelo de Westminster não se aplica ou deixou de existir: as constituições não se prestam a uma taxonomia tão precisa. Assim, torna-se necessário distinguir entre a constituição clássica de Westminster e aquilo a que podemos chamar de "modelo de exportação". Para Anckar (2013), é possível associar dois significados ao Modelo de Westminster, um teórico e um empírico. Para o termo teórico, recorre-se às considerações de Lijphart (1984), que designa o Modelo de Westminster um modelo maioritário de democracia, sendo a sua essência a regra da maioria. Por outro lado, temos o termo empírico, que se refere às principais características das instituições parlamentares e governamentais britânicas. Nas antigas colónias britânicas, é possível registar diferenças entre regiões e diferenças dentro das regiões, no que respeita ao grau de conformidade com o modelo de Westminster. Um exemplo destas diferenças é encontrado na região do Pacífico, pois apesar dos atuais sistemas políticos de países como Fiji, Tuvalu, Papua Nova Guiné, Vanuatu, entre outros, incorporarem vários aspetos do Modelo, cada um apresenta a suas próprias distinções. (Anckar, 2013).

Focando novamente no sistema eleitoral do Vanuatu, a primeira sessão parlamentar após cada eleição seleciona o primeiro-ministro, que forma o governo. O governo tem de manter o apoio da maioria no Parlamento e pode ser destituído por um voto de "desconfiança". As eleições, baseadas no sufrágio universal, realizam-se de quatro em quatro anos, utilizando um sistema misto, que inclui o SNTV e o primeiro voto por correspondência. As alterações constitucionais requerem uma maioria de dois terços no Parlamento e os projetos de lei aprovados pelo Parlamento com vista a alterar a Constituição, no que respeita ao estatuto do *bislama*, do inglês e do francês, ao sistema eleitoral ou ao sistema parlamentar, requerem a realização de um referendo nacional (Van Trease, 2005).

No Vanuatu, verifica-se a existência de dois tipos de eleições: de voto direto e voto indireto. As eleições diretas, incluem eleições para o Parlamento, assim como eleições provinciais e municipais. Quanto às eleições indiretas, estas abrangem as eleições do Presidente do Conselho de Chefes (*Malvatumauri*) e o do Presidente da República do Vanuatu, que é eleito de 5 em 5 anos, por um colégio eleitoral constituído por membros do Parlamento e presidentes dos seis governos provinciais de Vanuatu. Quanto às províncias de Vanuatu, desde 1994 que a Ilha se estende por seis províncias (ver figura 5): Malampa, Penama, Sanma, Shefa, Tafea e Torba (Governo do Vanuatu, 2023).

Após as três primeiras eleições, o antigo sistema bipartidário constituído pelo Partido Nacional de Novas Hébridas e União do Povo de Novas Hébridas, fracturou-se, tendo surgido vários partidos de pequena dimensão. Embora o partido tenha mantido a sua maioria no parlamento nas eleições de 1983 e 1987, e o seu sucesso na conquista da independência não tenha passado despercebido, sendo que a sua organização se tornou um modelo para outros partidos, começou a registar um declínio no seu apoio (Van Trease, 2005). A contribuição significativa dos nativos (*Ni-Vanuatu*) para estes processos, como referi *supra*, torna mais difícil remediar a fragmentação. Dado que os *niVanuatu* consideram a criação de novos partidos políticos um indicador da capacidade de liderança, existem poucos desincentivos institucionais ou sociais visíveis para que os políticos mantenham a coerência partidária em vez de se separarem ou se apresentarem como independentes (Morgan, 2008).

Após a fragmentação do Partido Nacional de Novas Hébridas, as coligações tornaram-se recursos necessários para a formação do governo. Os partidos que integram a coligação desenvolvem esforços para progredir dentro dos governos, sobretudo com a intenção de reclamar o lugar de primeiro-ministro ou outro gabinete presidencial, pois a não atribuição de posições desejáveis aos membros da coligação pode resultar na perda do governo. Mesmo a mais pequena mudança do governo no Parlamento pode dar início a uma reorganização completa das coligações no poder (Morgan, 2008).

Para além das ligações pessoais, o sucesso da formação de coligações depende também da medida em que os partidos envolvidos conseguem assegurar benefícios para os seus eleitores. No entanto, a formação do governo acaba por ser favorecida pelo facto dos cargos governamentais aumentarem a sua capacidade de distribuir os recursos do Estado.

O facto de as coligações governamentais serem constituídas por muitos partidos diferentes torna-as intrinsecamente instáveis, seguindo a lógica das considerações de Duverger (1970) sobre a matéria, correlacionando a estabilidade política com o número de partidos existentes. Esta instabilidade é reforçada pela fraqueza das organizações partidárias e pelo facto de os deputados poderem separar-se ou aderir a outro partido se assim o desejarem. Outro elemento que contribui para a fragmentação é o facto de o parlamento poder apresentar uma moção de desconfiança em qualquer altura sem desencadear novas eleições: uma moção de desconfiança bem-sucedida conduz simplesmente a uma renegociação da coligação governamental (Veenendal, 2020).

Deste modo, as constantes mudanças internas partidárias, as ambições de liderança e as novas questões ideológicas enfraqueceram a base da política de clivagem do Vanuatu, deixando a personalidade e políticas da ilha como temas mais dominantes, sendo que ideologia, distinção entre esquerda e direita e plataformas partidárias não são elementos comuns entre os partidos políticos das ilhas do Pacífico. Para Morgan (2008), a ideologia política nas Ilhas do Pacífico tem de ser definida num sentido sociológico para se referir a um conjunto de valores e ideais, que é utilizado como base para a ação política. Embora os partidos políticos sejam elementos inerentes da democracia moderna, também foram tradicionalizados, muitas vezes como reflexo de oposição à influência estrangeira, pois o domínio das empresas estrangeiras, a falta de oportunidades de emprego para os habitantes locais, os efeitos da globalização e as consequências do colonialismo são os elementos mais mencionados no discurso político dos deputados (Rich, Hambly & Morgan, 2008).

Por conseguinte, algumas das suas características distintivas são produtos deste contexto temporal e geográfico específico. Os partidos que surgiram mais recentemente, bem como os que funcionam noutras partes do mundo, foram substancialmente afetados por ambientes sociais e tecnológicos muito diferentes. Tal é certamente o caso dos partidos nos países em desenvolvimento, cujas populações apresentam uma considerável diversidade étnica, religiosa e/ou linguística (Rich, Hambly & Morgan, 2008).

O sistema partidário do Vanuatu é um dos mais fragmentados, personalizados e voláteis, tanto entre os países das Ilhas do Pacífico, como do mundo. Contudo, precisamente devido a estes elementos que definem o Vanuatu, nenhum partido ou facção conseguiu

dominar a política do Vanuatu, facilitando assim a sobrevivência da democracia. Em suma, para Veenendaal (2020), a fragmentação partidária e a instabilidade política são a principal causa da sua sobrevivência política. Enquanto que a fragmentação, originada pelos fatores enumerados em cima, deu origem à instabilidade política, permitiu também uma dispersão do poder político, impedindo que se concentre num só líder ou facção, possibilitando que outras instituições como os chefes locais, o poder judicial e os meios de comunicação, desempenhem o seu papel de controlo e fiscalização das ações do governo.

Conclusão e avaliação do estágio

O presente relatório teve como objetivo apresentar e descrever o estágio que realizei no Ministério dos Negócios Estrangeiros, entre outubro de 2021 e abril de 2022. A elaboração deste relatório permitiu conhecer novos temas e conceitos e também desenvolver conhecimentos adquiridos durante o percurso académico que antecedeu o estágio curricular.

Quanto às considerações do estágio, este proporcionou-me a oportunidade de ter um primeiro contacto com o campo profissional da Ciência Política, permitindo-me observar e lidar diretamente com os procedimentos que nele ocorrem, isto é, tive a oportunidade incrivelmente vantajosa de ver o trabalho interno dentro do MNE e da DGPE, o que contribuiu para uma melhor compreensão da dinâmica interna e do processo de decisão não só deste departamento governamental, mas também da estrutura onde se insere. Um dos aspetos que mais me surpreendeu neste trabalho interno foi aprender que praticamente toda a comunicação que sai e entra do MNE é mantida pela rede Cifra, através da qual se procede à expedição e recebimento dos telegramas⁶, que referi na parte das funções e atividades desenvolvidas.

Dadas as características do estágio, a exigência de trabalhar com o corpo diplomático, mesmo enquanto estagiária, e o ritmo de trabalho acelerado, imprevisível e sempre com requerimentos protocolares, obrigou-me a adotar uma postura mais autónoma perante a execução das tarefas e também procurar estratégias e métodos que me permitissem assimilar e cumprir as orientações que me eram fornecidas, da maneira mais eficiente. Estes meses resultaram num reforço e introdução de novas aptidões profissionais, e uma maior resiliência e adaptação.

Considerando o carácter teórico tanto da minha licenciatura como do mestrado e havendo a possibilidade de realizar um estágio como trabalho final de mestrado, esta foi a melhor escolha para o meu crescimento pessoal e profissional, permitindo-me colocar em prática os conhecimentos e competências adquiridos ao longo dos meus estudos no ensino superior, assim como desenvolver e adquirir novos elementos, que já referi anteriormente,

⁶ Este sistema encriptado permite o estabelecimento de comunicações seguras entre os serviços respetivos e todas as missões portuguesas.

como a flexibilidade, adaptando-me consoante as tarefas e urgências diárias, a capacidade de reconhecer que a aprendizagem é um processo contínuo, sendo condição uma abertura constante para novos conhecimentos, opiniões e teorias, sendo igualmente capaz de receber críticas construtivas, assim como desenvolver um pensamento crítico, mantendo a imparcialidade em situações mais adversas. Identifico ainda competências de investigação e análise, de gestão de tempo, de comunicação inter-organizacional e competência de redação e tradução em nível avançado (C2), desenvolvendo a adaptação destas ao recetor, a competência da diplomacia e o desenvolvimento das competências digitais. Para além deste leque de elementos adquiridos, o estágio no MNE permitiu-me ainda desenvolver a capacidade de *networking*, criando uma rede de contactos para o meu futuro profissional, mantendo ainda hoje contacto com os meus colegas, assim como com a minha DS, que frequentemente entra em contacto comigo, enviando-me notícias e vagas de emprego para embaixadas e consulados.

É difícil delimitar a área científica das atividades realizadas, tendo possivelmente extravasado a da área da Ciência Política. Contudo, da minha perspetiva, todas as tarefas e trabalhos que realizei ajudaram-me de certa forma a chegar a este ponto, a pesquisar e a delimitar, assim como a aprofundar o tema que pretendia desenvolver, acabando assim por ser relevante indiretamente e diretamente para a área.

Como referi no ponto das tarefas e atividades desenvolvidas, o estágio começou com um planeamento do plano de estágio, sendo possível confirmar que todos os objetivos que foram propostos no início foram cumpridos com êxito, tendo regularmente reuniões com a minha DS acerca desses objetivos, se o plano estava a ser cumprido em conformidade com o que tinha sido acordado, assim como o meu interesse pessoal e profissional em realizar certas tarefas e acartar diferentes responsabilidades, contribuindo assim para uma experiência enriquecedora em desempenhar funções de carácter profissional relevante numa instituição como o MNE.

Importa acrescentar que o trabalho com um departamento governamental de renome, como o MNE, que tem relações com entidades de todo o mundo e participação política em inúmeros países, procurando acompanhar a evolução e os avanços verificados em cada país, abrangendo a área da política comparada e das políticas públicas, dando primazia aos processos e às instituições políticas (por exemplo, na análise da política

interna de um país para a realização da ficha-país) é ilustrativo do interesse que tem para a área científica da Ciência Política.

A descrição do MNE e da SAO, apresentada na primeira parte do relatório, procurou elucidar acerca das áreas de atuação deste departamento e dos seus serviços, incluindo aquele onde estagiei, justificando o interesse e as valências para os estagiários nesta entidade.

De uma perspetiva crítica, importa apontar os aspetos menos positivos desta experiência. Um elemento que já foi brevemente referido *supra* é a área de estágio. Aquando da publicação do anúncio dos estágios curriculares nos serviços internos, assim como a lista dos serviços que poderíamos optar, a área pedida para a SAO apresentava-se como Direito, Ciência Política ou Relações Internacionais, sendo um requisito a possibilidade de estagiar durante 6 meses, assim como frequentar o 2º ciclo de estudos. O facto de pedir áreas relativamente distintas, assume a generalidade de algumas tarefas realizadas, não obstante a sua validade pelas competências que me permitiram desenvolver e/ou adquirir. Contudo, por serem de temas igualmente gerais e/ou específicos, podem não ter permitido o desenvolvimento de outras competências que seriam esperadas ou requisitadas na área da Ciência Política.

Outro elemento que é pertinente mencionar é a independência e autonomia que me foram dadas. Apesar de estar numa equipa de confiança, que sempre me prestou o apoio que conseguia, o facto de ser um ambiente de trabalho acelerado e uma carga de trabalho elevada para todos, devido principalmente à falta de colaboradores, resultava em alguns momentos de maior stress perante certas tarefas, nas quais não me sentia tão à vontade e acabava por sentir uma certa falta de acompanhamento. Apesar da independência e autonomia serem elementos relevantes, o sentimento de apoio e suporte, neste contexto, é igualmente importante. Contudo, o sucesso do estágio deveu-se na sua maioria à confiança da minha orientadora e dos meus colegas quanto à execução de tarefas desafiantes, trabalhosas e exigentes do ponto de vista prático.

A possibilidade de estagiar no meio diplomático é, sem dúvida, uma oportunidade única para uma jovem universitária que pretende colocar em prática o que é lecionado, sendo que este trabalho exigiu um profundo crescimento pessoal, mas também enquanto estudante, fazendo com que o gosto pela área da Ciência Política crescesse. Para além

disso, foi ainda possível compreender, através das tarefas realizadas, se o MNE seria do meu interesse para uma futura carreira profissional.

Quanto às considerações sobre a realização do relatório de estágio, é importante referir que o conceito da realidade política nas ilhas do Pacífico, antes de iniciar o estágio, era algo desconhecido para mim. O primeiro contacto com as Ilhas foi no MNE e a partir daí a curiosidade pela complexidade que é a realidade política desta área geográfica foi crescendo progressivamente. Quando contei ao colega que acompanhava inicialmente o Vanuatu o tema escolhido para desenvolver no relatório, ainda antes de me ter sido atribuído, este avisou-me que ia ser muito desafiante encontrar informação, o que acabou por se confirmar. Contudo, apesar da falta informação sobre as Ilhas do Pacífico ter sido um obstáculo, foi ao mesmo tempo uma motivação. Uma motivação para conseguir analisar, interpretar, aprender e expor no meu relatório a importância que estes pequenos países representam na dimensão da área da Ciência Política, e até como estes países desafiam e contrariam conceitos já dados como certos no mundo ocidental.

Assim, quando comecei a pesquisar livros e artigos que me pudessem esclarecer mais sobre este assunto, deparei-me com uma escassez de literatura, que revelou essa tal falta de informação e estudos sobre estes países. Esta escassez de literatura não se revelou apenas sobre a instabilidade política no Vanuatu, tendo encontrado dificuldades em destacar literatura teórica clássica que não se concentrasse singularmente em exemplos de países europeus, sendo estes exemplos inválidos para o enquadramento teórico que pretendia, tendo em conta a própria singularidade das experiências políticas e de governo nas Ilhas do Pacífico. Assim, importa olhar para o enquadramento teórico deste relatório de uma perspetiva basilar, isto é, ajuda-nos a entender as bases teóricas do tema, tendo sempre em mente que estas bases não são necessariamente adaptadas ao contexto destas novas democracias, principalmente num contexto de pós-colonialismo.

Os autores que encontrei e fui lendo, que definiram e escreveram sobre a realidade no Vanuatu, cada um à sua maneira, permitiram-me aprofundar e validar as ideias que fui retirando durante a minha experiência no estágio.

Embora o relatório de estágio se apresente de carácter maioritariamente descritivo e crítico, insere-se também uma componente teórica, que serviu de ligação entre este e o mestrado em Ciência Política. A realização deste estágio permitiu comprovar, pela experiência e

leituras associadas, a importância de analisar e aprofundar a política destes países, principalmente numa época de pós-colonialismo. Esta época ao representar reconstrução e redescoberta, essencialmente a níveis internos, representa também um elemento de análise crucial para o um dos ramos da Ciência Política, a Política Interna.

Neste relatório, ficou claro que o Vanuatu é considerado uma democracia, apresentando todos os elementos indicados no enquadramento teórico, não tendo encontrado nenhuma literatura que pusesse tal em causa. No exemplo de Veenendaal (2020), este foca-se na democracia do Vanuatu, tentando traçar uma orientação que explique como é que o Vanuatu apresenta elementos democráticos, mas contradiz esses elementos, apresentando igualmente uma enorme instabilidade política. Da minha pesquisa e revisão da literatura, Veenendaal foi o único teórico a ir por estes trechos, contudo não explicava de onde vinha essa instabilidade. Embora a fragmentação extrema tenha criado uma instabilidade política, impediu simultaneamente a concentração de poder nas mãos de um único líder ou facção política, facilitando assim a resistência da democracia. A análise salientou que a dispersão do poder político permitiu que outras instituições, como os chefes, o poder judicial e os meios de comunicação social, cumprissem eficazmente o seu papel de escrutínio e controlo das ações do governo. Por exemplo, embora um sistema partidário estável e institucionalizado tenha vindo a ser considerado um ingrediente crucial da consolidação democrática, o sistema partidário do Vanuatu é um dos mais fragmentados, personalizados e voláteis do mundo (Veenendaal, 2020). Assim, o autor fez uma breve contextualização, demonstrou como o conceito de democracia é válido no Vanuatu, não obstante a sua instabilidade, mas deixou a lacuna de entender as causas dessa instabilidade.

Deste modo, o relatório é um contributo para este tema complexo, abordando a instabilidade política, mas focando-se nos seus fatores e como é possível observá-los nessa realidade política. Este relatório, acima de tudo, para além de tentar ajudar a preencher essas lacunas, pretende dar a conhecer o Vanuatu e a sua realidade política, demonstrar que é mais que um paraíso turístico, mas sim um país, com uma vida política e social complexa, que merece ser estudado e compreendido.

Para entender esta realidade do Vanuatu, procurou-se analisar os fatores da instabilidade política, começando pela herança colonial. Neste fator, argumentou-se como o impacto

do seu passado colonial ainda se observava no seu presente, tendo sido o único país a sofrer um domínio territorial simultâneo e coextensivo de duas potências estrangeiras, França e Grã-Bretanha. Adaptado à realidade do Vanuatu, havendo necessidade para tal devido às características específicas da sua experiência, apresentou-se o conceito de condocolonialismo, da autoria de William Miles (1998). Este teórico pretendeu demonstrar que o processo de descolonização é algo contínuo. Das consequências do condocolonialismo, institucionalizaram-se elementos que criaram outros fatores, outras fragmentações.

A análise salientou que o sistema partidário do Vanuatu é um dos mais fragmentados, personalizados e voláteis, tanto entre os países das Ilhas do Pacífico, como do mundo (Veenendaal, 2020). Com os argumentos apresentados no ponto sobre a herança colonial, foi possível entender que este é o fator da instabilidade política, sendo o fator da fragmentação partidária e fragmentação sociocultural, ramificações da dimensão da herança colonial, ou seja, o passado do Vanuatu enquanto colônia, para além do impacto que teve nos Ni-Vanuatu, originou dois fatores que levam, atualmente, à instabilidade política vivida no Vanuatu.

Na fragmentação sociocultural, foi possível entender a forma como a população no Vanuatu está fragmentada de diferentes formas. Para além da sua fragmentação geográfica natural, esta fragmentação expressa-se numa divisão anglófona-francófona, que se traduz numa divisão das comunidades, da língua e da educação, numa divisão urbano-rural, divisão intergeracional e disparidade entre o sexo feminino e masculino. Deste modo, ao analisar esta fragmentação sociocultural, foi possível concluir que as influências mentais e institucionais da sua herança colonial, apresentam-se ainda no Vanuatu como obstáculos ao seu desenvolvimento, criando barreiras entre os Ni-Vanuatu, cujo conceito de progresso e política é diferente consoante a influência que teve de cada potência colonial, contribuindo assim significativamente para a instabilidade política.

Outro fator analisado foi a fragmentação partidária. Com esta fragmentação, referenciou-se o sistema partidário e eleitoral do Vanuatu, demonstrando onde se experiência essa divisão, de uma perspetiva política. Apesar de serem elementos e acontecimentos recentes, creio que ficou clara a ligação entre os três fatores, sendo a sua ordem de

apresentação propositada nessa lógica e o seu contributo para a instabilidade política sentida no Vanuatu, atualmente.

Acredito que alguns aspetos do tema tenham ficado por explorar, ficando para uma reflexão e análise futura, por exemplo, aprofundar a clivagem anglófona-francófona sentida no Vanuatu, mas numa dimensão política, percebendo como essa clivagem se revela a nível eleitoral e a nível de políticas públicas e interesses locais.

O Vanuatu possui, como espero ter demonstrando, um grande interesse para a área da Ciência Política, assim como outras Ilhas do Pacífico, tendo diferentes dimensões políticas para analisar, diferentes formas de governo e características específicas, adaptadas ao contexto do Pacífico. Apesar das dificuldades sentidas na realização deste relatório e do desafio de analisar a instabilidade política do Vanuatu, concluo o relatório com um sentimento de sucesso, sabendo que dei o meu melhor com a informação e conhecimento que tinha e tenho.

Referências bibliográficas

Ambrose, D. (2019). Vanuatu politics-two into one won't go. Institute of Pacific Studies, Blackstone Publishing, Port Vila.

Anckar, D. (2013) Traces of Westminster? Government style in former African and Asian British colonies. *Governance in Afro Asian Countries: Challenges and Approaches*, 26.

Assembleia Geral das Nações Unidas. (2017). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Acedido em [Declaração Universal dos Direitos Humanos - Nações Unidas - ONU Portugal \(unric.org\)](#)

Briguglio, L., Cordina, G., Vella, S., & Vigilance, C. (2010). Vanuatu: a profile of economic vulnerability and economic resilience. In: L. Briguglio, G. Cordina, S. Vella, & C. Vigilance (Eds.), *Profiling vulnerability and resilience : a manual for small states*. Msida: University of Malta. Islands and Small States Institute & London: The Commonwealth Secretariat. 99-117.

Cesáire, A. (2020). *Discourse on Colonialism*. Monthly Review Press, Nova Iorque

Chappell, D. (2005). Africanization' in the Pacific: Blaming Others for Disorder in the Periphery?. *Comparative Studies in Society and History*, 286-317.

Corbett, J., & Veenendaal, W. (2018). *Democracy in small states: Persisting against all odds*. Oxford University Press.

Conselho da União Europeia (2023). Instâncias Preparatorias:COASI. Acedido em: [Grupo da Ásia-Oceânia \(COASI\) - Consilium \(europa.eu\)](#)

Constituição da República Portuguesa (2022). 9ª ed. - Coimbra : Almedina - 281, [1] p. ; 21 cm. - (Códigos universitários).

Cox, M., Alatoa, H., Kenni, L., Naupa, A., Rawlings, G., Soni, N., ... & Bulekone, V. (2007). *Unfinished state: Drivers of change in Vanuatu*. Australian Agency for International Development.

Dahl, R. A. (2020). *On democracy*. Yale university press.

Daily Post (2020). 14 MPs convicted. Acesso online: [14 MPs convicted | News | dailypost.vu](https://www.dailypost.vu/news/14-mps-convicted)

Della Porta, D., & Keating, M. (Eds.). (2008). *Approaches and methodologies in the social sciences: A pluralist perspective*. Cambridge University Press.

Duverger, M. (1970). *Os partidos políticos*. Zahar.

Ensor, J. E. (2015). *Adaptation and resilience in Vanuatu, SEI York. Pacific islands*. Acedido em: <https://policycommons.net/artifacts/1359860/adaptation-and-resilience-in-vanuatu/1973096/>

ESCAP, U. (1996). *Women in Vanuatu: a country profile*. Acedido em: <https://hdl.handle.net/20.500.12870/5074>

Fanon, F. (1961). *The Wretched of the Earth*. *Trans. Richard Philcox. New York: Grove Press, 6*.

Forsyth, M. (2009). *A bird that flies with two wings: Kastom and state justice systems in Vanuatu*. ANU Press.

Fraenkel, J. (2005). *Political consequences of Pacific Island electoral laws*. State, Society and Governance in Melanesia Project, Research School of Pacific and Asian Studies, Australian National University.

FreedomHouse (2022). “Freedom in the World 2022: Vanuatu”. <https://freedomhouse.org/country/vanuatu/freedom-world/2022>

FreedomHouse (2023). “Freedom in the World 2023: Vanuatu”. <https://freedomhouse.org/country/vanuatu/freedom-world/2023>

Go, J. (2002). *Modeling the State: Postcolonial Constitutions in Asia and Africa*. *Japanese Journal of Southeast Asian Studies*, 39(4), 558-583.

Governo (2017). Organizações internacionais de que Portugal é membro. Acedido em: [Organizações internacionais de que Portugal é membro - XXI Governo - República Portuguesa](#)

Governo de Vanuatu (2022). About Vanuatu. Acedido em: <https://www.gov.vu/index.php/about/about-vanuatu>

Governo de Vanuatu (2023). About Vanuatu. Acedido em: <https://www.gov.vu/index.php/about/about-vanuatu>

Gunther, R., & Diamond, L. (2003). Species of political parties: A new typology. *Party politics*, 9(2), 167-199.

Hambly, L., G Morgan, M., & Rich, R. (2008). Political parties in the Pacific Islands (p. 229). ANU Press.

Harding, A. (2004). The ‘Westminster Model’ constitution overseas: Transplantation, adaptation and development in Commonwealth States. *Oxford University Commonwealth Law Journal*, 4(2), 143-166.

Holtz, A. (2010). Culture as a Political Function in the Pacific: Vanuatu and Tonga compared. *Pacific News*, 34, 24-27.

Huffer, E., & Molisa, G. (2019). Governance in Vanuatu. Institute of Pacific Studies, Blackstone Publishing, Port Vila.

Hurwitz, L. (1973). Contemporary approaches to political stability. *Comparative Politics*, 5(3), 449-463.

Jeong, T., & Seol, D.-H. (2022). Theoretical Construction of a Fragmented Society: Fragmentations in Social System and in Interpersonal Relationships. *Journal of Asian Sociology*, 51(1), 97–128. <https://www.jstor.org/stable/27126208>

Jolly, M., & Macintyre, M. (Eds.). (1989). Family and gender in the Pacific: Domestic contradictions and the colonial impact. Cambridge University Press.

Jon Fraenkel & Bernard Grofman (2005) Introduction – Political Culture, Representation and Electoral Systems in the Pacific Islands, *Commonwealth & Comparative Politics*, 43:3, 261-275, DOI: 10.1080/14662040500304783

Lijphart, A. (1994). *Electoral Systems and Party Systems*. London, Cambridge

Lijphart, A. (1984) *Democracies. Patterns of Majoritarian and Consensus Government in TwentyOne Countries*. New Haven and London: Yale University Press.

Lijphart, A. (1999) *Patterns of Democracy. Government Forms and Performance in Thirty-Six Countries*. New Haven and London: Yale University Press. University Press.

Lini, W. (1980). *Beyond pandemonium: from the New Hebrides to Vanuatu*. Asia Pacific Books.

Linz, J. J. (1990). Presidents vs. parliaments: The virtues of parliamentarism. *Journal of Democracy*, 1(4), 84-91.

Lonard, M. (2002), *Public Diplomacy*. London: Foreign Policy Centre.

Mbembe, A. (2001). *On the postcolony (Vol. 41)*. Univ of California Press.

Miles, W. F. (1998). *Bridging mental boundaries in a postcolonial microcosm: Identity and development in Vanuatu*. University of Hawaii Press.

MNE.(2022a). Sobre nós/Quem somos/ O que faz o MNE. Acedido em: <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/sobre-nos/quem-somos/o-que-faz-o-mne>

MNE. (2022b). Política Externa/ Temas Regionais/ Ásia: Desafios e Oportunidades. Acedido em: <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/temas-regionais/asia#desafios-e-oportunidades>

MNE. (2022c). Política Externa/ Temas Regionais/ Oceânia: Dados Gerais. Acedido em: <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/temas-regionais/oceania#dados-gerais>

MNE. (2023). Política Externa/Política Externa. Acedido em < [Política Externa - Política Externa - Portal Diplomático \(mne.gov.pt\)](#)>

Morgan, M. (2004). Political fragmentation and the policy environment in Vanuatu, 1980-2004.

Morgan, M. (2008). The origins and effects of party fragmentation in Vanuatu. *Political Parties in the Pacific*, edited by Luke Hambly, and Michael Morgan. Canberra: ANU Press.

Patapan, H., Wanna, J., & Weller, P. M. (Eds.). (2005). Westminster Legacies: Democracy and responsible government in Asia and the Pacific. UNSW Press.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (2003). Manual de investigação em ciências sociais. Lisboa: Gradiva

Reilly, B. (2007). Democratization and electoral reform in the Asia-Pacific region: is there an “Asian model” of democracy?. *Comparative Political Studies*, 40(11), 1350-1371.

Saati, A., & Bergman, T. (2022). Democracy, façade or somewhere in between? An exploration of Vanuatu, Kiribati and São Tomé and Príncipe. *Small States & Territories*, 5(1), 141-158.

Sahlins, M. D. (1963). Poor man, rich man, big-man, chief: political types in Melanesia and Polynesia. *Comparative studies in society and history*, 5(3), 285-303.

Strathern, M. (1996). Review of *Women of the Place: Kastom, Colonialism and Gender in Vanuatu*, by Margaret Jolly.

Sousa, M. (2016). Discurso do Presidente da República sobre a política externa portuguesa na Apresentação de Cumprimentos pelo Corpo Diplomático. Sítio Oficial de Informação da Presidência da República Portuguesa. Acedido em: [Discurso do Presidente da República sobre a política externa portuguesa na Apresentação de Cumprimentos pelo Corpo Diplomático - Atualidade - Sítio Oficial de Informação da Presidência da República Portuguesa \(presidencia.pt\)](#)

The World Factbook. (2023). Vanuatu. Acedido em: [Vanuatu - The World Factbook \(cia.gov\)](#)

Tor, R., & Toka, A. (2004). Gender, kastom and domestic violence. *A Research on the Historical Trend, Extent and Impact of Domestic Violence in Vanuatu*.

Trease, H. V. (2005). The operation of the single non-transferable vote system in Vanuatu. *Commonwealth & Comparative Politics*, 43(3), 296-332.

Tyron, D. (1999). Pacific Islands stakeholder participation in development: Vanuatu. The World Bank.

UNCTAD (2020). Vanuatu graduates from least developed country status. Acceso online: [Vanuatu graduates from least developed country status | UNCTAD](#)

Van Trease, H. (2009). Vanuatu's 2008 Election-Difficulties of Government Formation in a Fractionalized Setting.

Veenendaal, W. & Corbett, J. (2015). Why small states offer important answers to large questions. *Comparative Political Studies*, 48(4), 527-549.

Veenendaal, W. (2020). How instability creates stability: the survival of democracy in Vanuatu. *Third World Quarterly*, 42(6), 1330-1346.

Waller, J. (2021). *The Walls Entered into Our Souls: Social Fragmentation in Everyday Life', A Troubled Sleep: Risk and Resilience in Contemporary Northern Ireland*. New York; online edn, Oxford Academic.

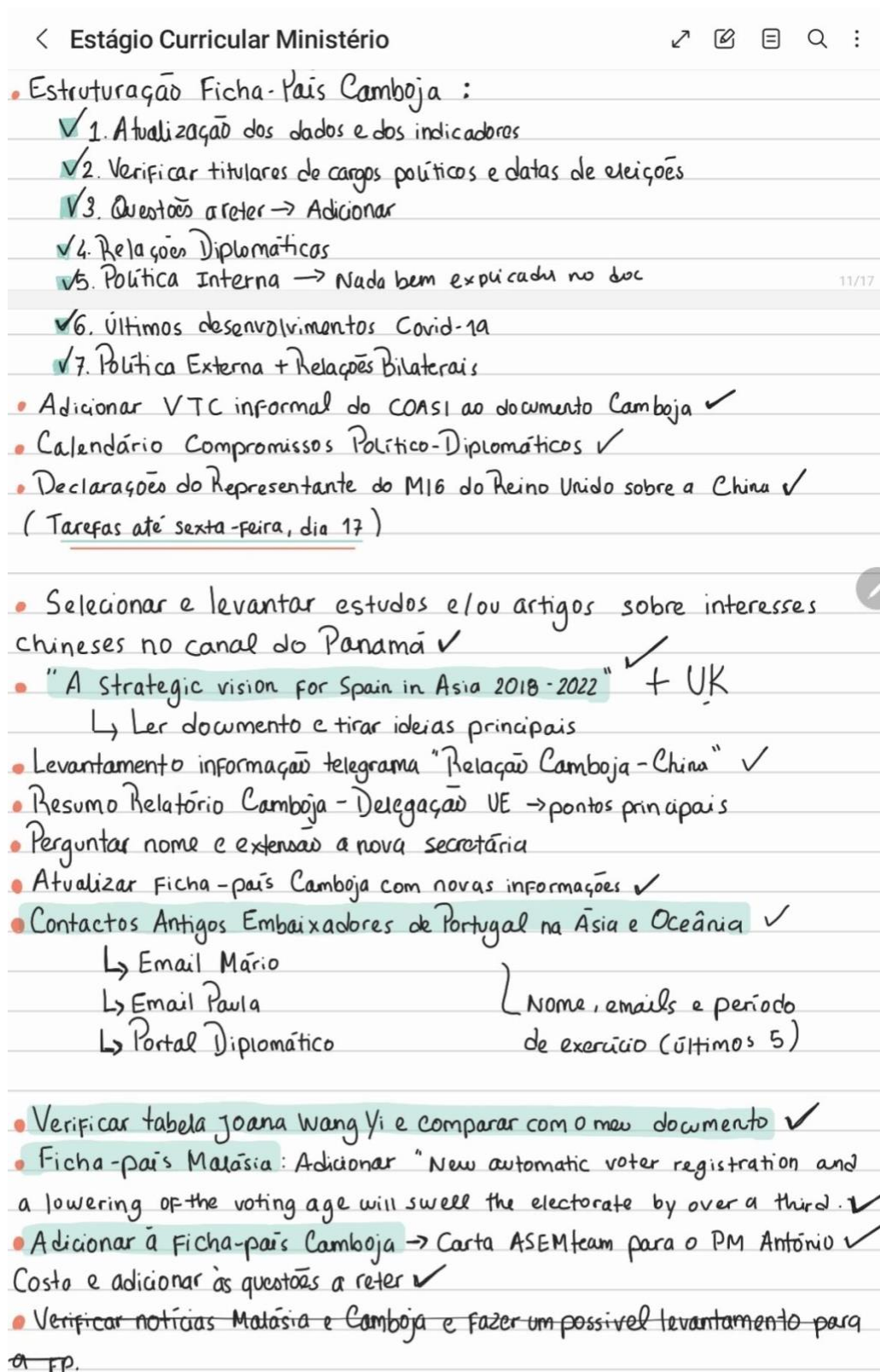
Anexos

Figura 6 – Mapa de Vanuatu com foco na capital Port-Vila



Fonte: Governo de Vanuatu, 2023.

Figura 7 – Exemplo de tarefas diárias, retirado do registo que manteve ao longo dos 6 meses



Fonte: Autora.

Figura 8 – Continuação de exemplos de um dia-a-dia de tarefas na Direção-Geral da Política Externa – Serviços Ásia e Oceânia

22.03.2022

- Documento word do pp (em processo)
 - Atualizar informação Laos (ir atualizando)
 - Quadro trading offices Alemanha e Áustria nos países SAO ✓
 - Artigos Zhao Bentang (ir atualizando)
 - Continuar quadro Malásia | Vietname | Filipinas ✓
 - Quadro visitas wang xi, xi, Li telefonemas e vtc (ir atualizando)
-
- Rever FP Camboja → Adicionar nova info ✓
 - Ficha - país Vanuatu (só falta política externa + crise política (interna)) ✓
 - Conferência "Managing Sino-Western Relations in the New Geoeconomic World Order" - 23 e 24 março ✓
 - organizar dossier Camboja ✓
 - Seminário REPER, 10h55 - 12h (Sala DGPE) ✓
 - Consultas Bilaterais Mongólia - Portugal → Preparar documento política externa, até 1 de Abril ✓
-
- Tratar informação telegramas (Bangkok) ✓
 - Digitalizar organograma partidos oposição Camboja ✓
↳ Fica como fonte ou entra na FP?
-
- Levantamento Artigos Zhao Bentang (organizar pasta) ✓
 - Imprimir Artigos e iniciar um arquivo impresso ✓
↳ falta 1-5 ✓
 - Política Externa Palau (prazo 18 de abril)

Fonte: Autora.